

09 Relatório
e Contas



09 Relatório e Contas

As peças que ilustram este Relatório e Contas integram a colecção de fotografias BESart que o Banco Espírito Santo está a constituir desde 2004 através de trabalhos recentes de conceituados artistas plásticos contemporâneos internacionais e portugueses.

FOTOGRAFIAS

Colecção
Banco
Espírito
Santo

BES
art
COLECCÃO
BANCO
ESPÍRITO SANTO

DESIGN E
DESENVOLVIMENTO

Linha21
Marketing
e Publicidade

L2!



SZE TSUNG LEONG b. 1970, American / British
“From the Horizons Series. Odoi, Nishi-Izu, Shizuoka, Japan” 2008,
C-print 71,12 x 121,92 cm, Edição: 2/5+2Ap.
© Sze Tsung Leong, Courtesy Yossi Milo Gallery, New York



SZE TSUNG LEONG b. 1970, American / British
“From the Horizons Series, Rio Tejo”, 2006
C-print, 60,96 x 111,76 cm, Edição: 2/5+2Ap
© Sze Tsung Leong, Courtesy Yossi Milo Gallery, New York

09 Relatório e Contas



TRANQUILIDADE

ÍNDICE

PEDRO DUARTE BENTO b. 1976 - Portugal, **"Afternoon by the Pool, 2009"**, (da série 'When we were Youngsters').
Impressão Lambda em papel Fuji Archive Crystal colado em PVC 100x100cm - Edição: 1/3 + 2 PA © Pedro Duarte Bento



COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE

01 Órgãos Sociais	09
02 Relatório do Conselho de Administração	13
03 Demonstrações Financeiras	23
04 Demonstração do Rendimento Integral	29
05 Mapa de Variação de Capitais Próprios	33
06 Demonstração de Fluxos de Caixa	37
07 Anexo às Demonstrações Financeiras	41
08 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	91
09 Quadros Directivos	99
10 Rede de Lojas	103

Companhia de Seguros TRANQUILIDADE, S.A.

Av. da Liberdade, n.º 242

1250 - 149 Lisboa/ Portugal

Registo na Conservatória de

Registo Comercial de Lisboa

NIPC: 500 940 231



TRANQUILIDADE

BETTINA POUSTCHI b. 1971 Mainz - Germany, **"Hetley Time" 2008** , Fotografia, 180x 225cm, Edição: 2/6 + 2PA. Cortesia Buchmann Galerie



01 ÓRGÃOS SOCIAIS



TRANQUILIDADE

01 ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia-Geral

Presidente

Luís Frederico Redondo Lopes

Secretário

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo

Conselho de Administração

Presidente

Rui Manuel Leão Martinho

Vogais

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Eduardo Antunes Stock

Miguel Luís Kolback da Veiga

António José Baptista do Souto

Manrico Iachia

António Manuel Rodrigues Marques

Comissão Executiva

Presidente

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Vogais

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Conselho Fiscal

Presidente

José Manuel Ruivo da Pena

Vogais

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

António Ricardo Espírito Santo Bustorff

Vogal Suplente

José Ramos Teles de Matos

Revisor Oficial de Contas

José Manuel Macedo Pereira

Suplente

Ana Cristina Soares Valente Dourado em representação de KPMG e Associados

Comissão Executiva



Peter Brito e Cunha
(Presidente)



Tomé Pedroso



Miguel Rio-Tinto



Miguel Moreno



Nuno Clemente

ROBERT ADAMS b. 1937, New Jersey, USA, **Golden Colorado, 1968-71**, Vintage, prova sal de prata, 33x28cm © Robert Adams



02 RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



TRANQUILIDADE

02 RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as Contas da Companhia de Seguros Tranquilidade, SA, respeitantes ao exercício de 2009.

2.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2009 ficou marcado, no seu conjunto, pela forte queda ou desaceleração da actividade nas principais áreas económicas, na sequência da crise financeira global iniciada em 2007. Esta evolução foi determinada, sobretudo, por uma deterioração significativa da confiança dos agentes económicos, que se traduziu numa quebra da procura e no colapso dos fluxos de comércio internacional na primeira metade do ano. A recessão foi vivida num quadro de menor disponibilidade de liquidez nos mercados financeiros e, em função disso, num ambiente de maior restritividade dos critérios de financiamento da actividade económica.

Como resposta, as autoridades puseram em prática programas agressivos de estabilização financeira e de estímulo ao crescimento. Estes incluíram a redução dos juros de referência para níveis próximos de zero, a injeção massiva de liquidez no sistema financeiro (por exemplo, através da aquisição de títulos de dívida pública e privada por parte dos bancos centrais) e, ao nível da política orçamental, estímulos fiscais ao consumo de bens duradouros e um aumento do investimento público em infra-estruturas.

Em função da agressividade destes estímulos, observaram-se, na segunda metade do ano e, sobretudo, no 4º trimestre, sinais claros de aceleração da actividade global e de estabilização financeira. Esta última traduziu-se num estreitamento gradual dos *spreads* nos mercados monetário e de crédito, reflectindo um recuo da aversão ao risco e uma maior confiança dos agentes na normalização do sector financeiro.

2.1.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

A economia da Zona Euro revelou um desempenho da actividade diferenciado entre a primeira e a segunda metade do ano. O 1º semestre ficou marcado por uma forte contracção da actividade (quedas de 2,4% e de 0,2% *yoy* nos dois primeiros trimestres), prosseguindo a recessão iniciada no 2º trimestre de 2008, com fortes recuos das exportações e do investimento. Este desempenho deve ser lido ainda no contexto das consequências da crise financeira, cujo ponto máximo se registou em Setembro e Outubro de 2008. A contracção da liquidez e a forte deterioração da confiança ocorrida nos últimos meses daquele ano conduziram a um recuo generalizado da confiança e da procura que, por sua vez, se traduziu numa forte contracção da procura externa (com impacto especialmente negativo na Alemanha, com uma quebra esperada do PIB próxima de 5,0% em 2009, o pior registo desde a 2ª Guerra Mundial). Diversas economias da Zona Euro continuaram, ainda, a sofrer os efeitos de uma recessão no sector da habitação, a qual ampliou o ajustamento negativo da procura. No conjunto do ano, o PIB da Zona Euro registou uma queda próxima de 4,0%.

Os 3º e 4º trimestres de 2009 ficaram, contudo, já marcados por um regresso ao crescimento positivo da actividade (variações de 0,4% e 0,6% *yoy*, respectivamente), após cinco trimestres consecutivos de contracção. Esta melhoria do desempenho beneficiou de uma

recuperação das exportações, de um efeito favorável do investimento em reposição de *stocks* (favorecendo a actividade industrial) e dos estímulos monetários e orçamentais levados a cabo pelas autoridades. A procura interna, contudo, revelou ainda um desempenho débil, marcado pelas restrições ao financiamento do consumo e do investimento privado, pela deterioração das condições do mercado de trabalho (de que se destaca a subida progressiva do desemprego até 10,0% da população activa no final do ano), e por um aumento da poupança por motivo de precaução.

No plano dos preços, registou-se uma inflação média anual marginalmente superior a 0% (após 3,3% em 2008), resultante da ausência de pressões ascendentes sobre os preços do lado da procura, bem como da evolução dos preços da energia, com o efeito estatístico decorrente da baixa do preço do petróleo face ao ano de 2008. Neste contexto, o Banco Central Europeu prosseguiu até Maio uma trajectória de redução das taxas de juro de referência. A autoridade monetária europeia procedeu a duas descidas da principal taxa de juro de referência de 50 pontos base em Janeiro e Março e a duas descidas de 25 pontos base em Abril e Maio. Desde Outubro de 2008, aquela taxa foi reduzida de 4,25% para 1%. O BCE reduziu também, entre Janeiro e Maio, as taxas de juro de cedência de liquidez e de depósito em 125 e 175 pontos base, respectivamente. Para além disso, forneceu uma ampla liquidez ao sistema bancário, destacando-se três operações de cedência ilimitada de liquidez a 12 meses (que ascenderam a cerca de EUR 614 mil milhões), as duas primeiras a uma taxa fixa de 1% e a terceira a uma taxa indexada aos juros das operações de refinanciamento.

A condução de políticas orçamentais expansionistas por parte dos governos nacionais, visando estimular a procura interna, levou a uma deterioração considerável das contas públicas, tendo o défice orçamental da Zona Euro no seu conjunto aumentado de 2,0% para cerca de 6,0% do PIB. Destacaram-se, a este propósito, os défices públicos da Grécia, Irlanda e Espanha, superiores a 10,0% do PIB. Esta evolução traduziu-se numa deterioração do risco soberano (ampliação do diferencial das *yields* dos respectivos títulos da dívida pública relativamente aos títulos alemães), que penalizou particularmente a Grécia e a Irlanda (que sofreram *downgradings* dos respectivos ratings no final do ano) mas, também, as outras economias da “periferia” da Zona Euro (Itália, Espanha e Portugal, com os dois últimos a sofrerem revisões em baixa no *outlook* para os respectivos ratings).

2.1.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA NACIONAL

Reflectindo os efeitos da recessão económica global, a economia portuguesa registou, em 2009, uma contracção do PIB de 2,7%. Este desempenho revelou-se, contudo, menos desfavorável do que o observado nos principais parceiros de Portugal na União Europeia (registaram-se quedas do PIB de 3,7% em Espanha, 5,0% na Alemanha, 2,8% em França e 4,5% no Reino Unido). Para além da menor intensidade da recessão, Portugal foi uma das primeiras economias da EU a abandonar o ciclo de variações negativas do PIB, logo a partir do 2º trimestre.

Este comportamento é explicado pelo facto de a procura não ter sido afectada, como em outras economias, por fortes efeitos-riqueza negativos associados a correcções do mercado imobiliário, nem por situações de instabilidade no sistema financeiro. Neste sentido, a recessão sofrida pela economia portuguesa em 2009 resultou, sobretudo, da quebra da procura externa, bem como de uma natural deterioração da confiança das famílias e das empresas, com impacto negativo no consumo e, sobretudo, no investimento. Estes dois agregados foram, também, afectados pela maior restritividade dos critérios de financiamento da actividade económica, fruto de uma liquidez menos disponível nos mercados financeiros internacionais.

Assim, no conjunto de 2009, as exportações registaram uma queda de

12,3%, após um recuo de 0,5% no ano anterior. Esta queda foi comum à generalidade dos bens e serviços, bem como a todos os principais destinos de exportação na União Europeia. Reflectindo a contracção da procura interna, as importações caíram 10,7% no conjunto do ano, após um crescimento de 2,1% em 2008.

A deterioração das expectativas face à evolução da procura interna e externa, os elevados níveis de incerteza e a menor disponibilidade do crédito pesaram decisivamente na evolução do investimento, que registou uma quebra real de 12,6%. Para além das despesas de capital fixo, esta evolução ficou, também, a dever-se a uma diminuição do nível de *stocks*, que acentuou o contributo negativo do investimento para o PIB. Assim, o investimento das empresas terá registado uma queda real próxima de 15,0%, que não foi compensada pelo forte aumento do investimento público (de cerca de 13,0%), a principal expressão dos estímulos orçamentais à actividade económica (o consumo público registou uma subida real de 2,0%). O investimento das famílias em habitação acentuou a tendência de queda observada no ano anterior, com um registo próximo de -12,0%.

A descida da confiança e o aumento da incerteza entre as famílias traduziu-se ainda numa quebra do consumo privado, em cerca de 0,8%. Esta evolução ocorreu apesar de um aumento do rendimento disponível das famílias, fruto da descida dos juros e, sobretudo, do aumento das transferências do Estado, explicando-se, em grande medida, pela atitude de precaução adoptada pelas famílias. Assim, o ano de 2009 ficou marcado por um aumento significativo da taxa de poupança, para um valor ligeiramente acima de 8,0% do rendimento disponível. Esta subida interrompeu uma tendência de queda da poupança das famílias observada desde 2002. A evolução negativa do consumo privado é explicada pela forte quebra do consumo de bens duradouros, uma vez que as despesas em bens não duradouros registaram um crescimento marginalmente positivo.

O poder de compra das famílias beneficiou, em 2009, de uma inflação negativa. Em termos médios anuais, a inflação caiu de 2,6% para -0,8%. Este facto reflectiu, em primeiro lugar, um efeito estatístico associado à forte subida dos preços das matérias-primas (e, em particular, do petróleo) em 2008. Mas ele é, igualmente, o reflexo da conjuntura recessiva de 2009, que terá restringido fortemente o poder de fixação de preços das empresas.

A quebra geral da actividade económica fez aumentar rapidamente o número de desempregados e a taxa de desemprego atingiu um máximo histórico em 2009 ao chegar aos 9,5%, um agravamento de 1,9 p.p. face a 2008.

Não obstante a evolução negativa das exportações, 2009 fica marcado por uma correcção do défice conjunto das balanças corrente e de capital, ou défice externo, de 10,5% para um valor em torno de 8,3% do PIB. Este facto reflecte o processo de deleverage levado a cabo pelo sector privado em 2009, bem como uma diminuição do défice energético. À diminuição das necessidades de financiamento do sector privado correspondeu um aumento das necessidades de financiamento das Administrações Públicas, sobretudo em resultado dos estímulos orçamentais à actividade económica, mas reflectindo igualmente os efeitos da fase baixa do ciclo económico sobre as contas públicas. Neste contexto, o défice público subiu de 2,7% para 9,3% do PIB.

2.1.3 MERCADO SEGURADOR

A conjugação de um agravamento da *performance* macroeconómica em 2009 com a intensificação do ambiente concorrencial no sector segurador, condicionou a massa segurável e originou a ocorrência de práticas tarifárias agressivas.

Apesar da melhoria registada ao nível dos resultados financeiros decorrente da forte valorização das carteiras de investimento, graças ao ano positivo dos mercados em 2009, o sector segurador ressentiu-se da quebra da actividade económica.

O bom desempenho do sector em termos de resultados financeiros não foi acompanhado em termos operacionais. Segundo as últimas estimativas, o resultado líquido global das seguradoras que operam no mercado português voltou a ser positivo em 2009, de 300 milhões de euros, o que compara com os -30 milhões de euros em 2008 e 660 milhões de euros em 2007. Os capitais próprios ascenderam a 4,3 mil milhões de euros, uma subida homóloga de 39% e uma rentabilidade dos capitais próprios de 8,7%.

Em termos da produção de seguros, o ano de 2009 foi negativo, tanto para os seguros de Vida como para os seguros Não Vida. O volume de prémios, Vida e Não Vida, no valor de 14 559 milhões de euros, registou uma diminuição de 5,0% em relação ao ano anterior. O segmento Vida, com prémios na ordem dos 10 427 milhões de euros, sofreu uma queda na sua produção de 5,3%, apesar de em 2009 se ter assistido a um crescimento do rendimento disponível dos particulares e da respectiva taxa de poupança. Pressupõe-se que, num contexto de recuperação do sector accionista do mercado de capitais, parte das poupanças foram redireccionadas para outras aplicações de maior risco.

Destaque para os PPR, produtos que vêm merecendo uma crescente popularidade no aforro de longo prazo e cujas contribuições cresceram 27,6%. Este tipo de produtos representa 30% dos prémios Vida e 22% do total da produção seguradora.

O decréscimo do volume de prémios Não Vida já se tinha verificado em 2008, mas em 2009 foi mais acentuado: -1,4% em 2008 e -4,4% em 2009, para uma produção de 4 132 milhões de euros. Esta diminuição resulta quer da evolução negativa da economia, quer do ambiente competitivo no mercado que conduz a uma forte pressão sobre o valor dos prémios. Os ramos de Acidentes de Trabalho e de Automóvel, os dois maiores do segmento Não Vida representando 57% do mercado Não Vida, foram especialmente afectados por estes factores, com quebras na produção de 9,1% e 8,0%, respectivamente.

Com uma evolução positiva, salientam-se os seguros de Saúde, reflectindo a continua preocupação com os acessos aos cuidados de saúde, ainda que também eles com um crescimento mais modesto do que em anos anteriores: 9,6% em 2008 e 3,5% em 2009.

O peso da actividade seguradora no PIB desceu, de 9,21% em 2008 para 8,83% em 2009 mantendo-se, no entanto, a um nível superior ao de 2007 (8,45%). O segmento Vida contribui com 6,32% para o PIB e o Não Vida com 2,51% (6,61% e 2,60% em 2008, respectivamente). A taxa de sinistralidade Não Vida agravou-se em 2009, para 73,4% contra 70,9% em 2008.

2.2 FACTOS RELEVANTES EM 2009

Os últimos anos corresponderam a um período muito difícil no sector segurador, que é visível no débil crescimento e na forte degradação da margem.

Num contexto de crise, 2009 revelou-se particularmente complicado, com o mercado a regredir quer em Não Vida (-4,4%), quer em Vida (-5,3%).

As estratégias generalizadas de preços baixos praticadas sobretudo nos ramos obrigatórios – Automóvel e Acidentes de Trabalho –, como forma

de conquistar negócio num mercado de elevada intensidade competitiva (acentuada pelo novo quadro legal de 2006) impactaram negativamente a rentabilidade do sector. Este ambiente competitivo foi a principal razão da degradação acentuada nos resultados, com o Resultado Técnico Não Vida do sector a regredir 41,9% entre 2008 e 2009.

A dinâmica do negócio Não Vida foi bastante diferente entre o 1º e o 2º semestre, tendo a Tranquilidade registado neste último semestre do ano um crescimento acima do mercado.

O conjunto de medidas tomadas para inverter a forte tendência negativa registada no 1º semestre do ano, revelou-se eficaz:

- Forte aposta no canal de agentes profissionais multimarca e exclusivos;
- Aumento do esforço de retenção de apólices em carteira através de uma revisão segmentada dos preços;
- Maior controlo de descontos, com o conseqüente aumento do prémio médio Automóvel próximo dos 5% a partir de Agosto;
- Revisão da oferta dirigida ao segmento Negócios, com o lançamento do novo Multirrisco Estabelecimento em Setembro e campanhas de dinamização do segmento.

A Tranquilidade demonstrou ter capacidade de ultrapassar as dificuldades através da implementação de medidas adequadas e eficazes:

- Após 15 meses a perder clientes, a Tranquilidade em Maio estancou problema, e começou a recuperar clientes em Julho;
- Em Automóvel as taxas de anulação regrediram para próximo de 20% (vindo de um patamar próximo de 40% no final de 2008);
- Os produtos estratégicos como Multirrisco e Saúde evidenciaram um crescimento consistente durante todo o ano;
- As Médias Empresas tiveram uma *performance* particularmente positiva, registando um crescimento de 3,6% no 2º semestre (contra -10,4% no 1º semestre) e em Negócios o último trimestre do ano registou já uma oscilação positiva de 1,3%.

Consciente que o sucesso sustentável depende da capacidade de resposta a Clientes e Agentes, a Companhia implementou em simultâneo, um conjunto de alterações a nível operativo que permitiram o aumento da qualidade de serviço prestado:

- A emissão de contratos nos mediadores (SIA-net) através do sistema *on-line* que a Companhia disponibiliza, mantém-se em níveis próximos de 90%, tendo sido alargado o *portfolio* de produtos passíveis de emissão, nomeadamente o novo Multirrisco Estabelecimento;
- Os tempos médios de resposta a cotações da área comercial e da direcção técnica desceram vertiginosamente em 2009 estando no final do ano em aproximadamente 3 dias; a reorganização funcional permitiu igualmente a libertação das equipas comerciais em termos de tempo alocado para as suas funções prioritariamente comerciais;
- Criaram-se novas métricas de avaliação do atendimento a Clientes no *Call Center* e nas estruturas comerciais que registam níveis de serviço muito satisfatórios;
- Tempo de Resposta a Reclamações caiu drasticamente a partir de Outubro.

Na prossecução do Programa de Eficiência, os custos operacionais reduziram-se de forma expressiva (-4,8%, -3,7 M€), custos com pessoal (-1,6%), fornecimentos e serviços externos (-5,4%) e outros custos operacionais (-13,0%).

No que respeita aos seus investimentos estratégicos, a seguradora directa LOGO, SA., que opera exclusivamente pelos canais telefónico e internet, lançada em 2008, evoluiu muito positivamente com uma variação positiva de 0,4 p.p. de quota de mercado Automóvel. A Logo está a ultrapassar todos os indicadores-chave do seu plano de negócio.

Como resultado desta *performance* e solidez, a Tranquilidade conseguiu manter a 31 de Dezembro de 2009 o seu Rating “A-”, definido pela Fitch Ratings, ímpar no Mercado.

2.3 PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ACTIVIDADE

(milhares de euros)

	2009	2008	VAR 09/08 (%)
Balço			
Investimentos	783 684	740 464	5,8
Activo Líquido	978 279	956 185	2,3
Capital Próprio	252 439	220 445	14,5
Provisão p/Prémios Não Adquiridos (SD+RA)	80 053	84 485	-5,2
Provisão para Sinistros (SD+RA)	520 020	530 264	-1,9
Provisão para Sinistros, Líquida de Resseguro	485 189	495 249	-2,0
Provisões Técnicas (SD+RA)	625 572	639 233	-2,1
Ganhos e Perdas			
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Directo	308 579	334 031	-7,6
Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	277 881	307 777	-9,7
Custos com Sinistros de Seguro Directo	200 362	229 654	-12,8
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	190 169	213 087	-10,8
Custos Operacionais	73 605	77 334	-4,8
Rendimentos	18 318	29 451	-37,8
Resultado Líquido	9 217	10 059	-8,4
Indicadores			
Prémios Brutos Emitidos / Nº de Empregados	432,2	445,4	-3,0
Taxa de Sinistralidade de Seguro Directo	63,6%	65,9%	-2,3 p.p.
Taxa de Sinistralidade líquida de Resseguro	68,4%	69,2%	-0,8 p.p.
Resultado Líquido/ Prémios Brutos Emitidos	3,0%	3,0%	-
Rácio Combinado Líquido de Resseguro	102,2%	106,4%	-4,2 p.p.
Rácio de Solvência	361,1%	320,0%	+58,8 p.p.

2.4 A ACTIVIDADE DA TRANQUILIDADE EM 2009

2.4.1 PRÉMIOS DE SEGURO DIRECTO

O volume de prémios de seguro directo ascendeu em 2009 a 308 579 milhares de euros, o que significa um decréscimo de 7,6% em relação a 2008. O mercado segurador não vida também apresentou um decréscimo na sua produção de seguro directo, de 4,4%.

O agravamento da *performance* macroeconómica em 2009 condicionou a evolução da massa segurável e afectou o segmento Não Vida, com especial incidência em Automóvel e Acidentes de Trabalho, assistindo-se a descidas do prémio médio e praticas tarifárias agressivas.

Na Tranquilidade, a quebra na produção deveu-se essencialmente ao comportamento do ramo Automóvel, que registou um decréscimo de 13,7% face ao ano anterior e do ramo Acidentes de Trabalho, com uma quebra de 10,2% nos prémios. A conjuntura económica, a concorrência do “canal directo” e das seguradoras de pequena dimensão – pressão para a descida das tarifas – são factores com influência na evolução do ramo Automóvel. Em Acidentes de trabalho, as dificuldades verificadas no tecido empresarial, explicam em parte a quebra na produção deste ramo. As maiores seguradoras que operam no nosso mercado tiveram uma evolução semelhante, tanto no ramo Automóvel como em Acidentes de Trabalho e, das seguradoras mais pequenas, apenas um reduzido número conseguiu uma maior captação de clientes. O total do mercado decresceu 8,0% em Automóvel e 9,1% em Acidentes de Trabalho.

A Tranquilidade apresenta um bom desempenho em Acidentes Pessoais e Saúde, com crescimentos acima da média do mercado (respectivamente +7,9% vs 4,5% do mercado e +9,4% vs 3,5% do mercado).

(milhares de euros)

PRÉMIOS DE SEGURO DIRECTO	2009	%	2008	%	VAR 09/08 (%)
Acidentes e Doença	97 048	31,4	100 050	30,0	-3,0
Incêndio e Outros Danos	59 297	19,2	59 202	17,7	0,2
Automóvel	125 185	40,6	145 132	43,4	-13,7
Transportes	7 193	2,3	8 640	2,6	-16,7
Responsabilidade Civil	9 936	3,2	10 446	3,1	-4,9
Diversos	9 920	3,3	10 561	3,2	-6,1
TOTAL	308 579	100,0	334 031	100,0	-7,6

A Tranquilidade apresenta uma quota de mercado de 7,5%, mantendo a 4ª posição em termos de *ranking* de prémios Não Vida. As outras 3 maiores seguradoras também perderam quota de mercado em 2008.

2.4.2 CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRECTO

Os custos com sinistros de seguro directo alcançaram os 200 362 milhares de euros, diminuindo cerca de 29 292 milhares de euros, ou seja, -12,8% em relação a 2008.

As variações mais significativas foram as registadas em Automóvel (-22 095 milhares de euros), Acidentes e Doença (-5 683 milhares de euros) e Incêndio e Outros Danos (-5 691 milhares de euros).

(milhares de euros)

CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRECTO	2009	2008	VAR 09/08 (%)
Acidentes e Doença	63 690	69 373	-8,2
Incêndio e Outros Danos	32 042	37 733	-15,1
Automóvel	92 290	114 385	-19,3
Transportes	7 223	4 997	44,5
Responsabilidade Civil	4 655	2 325	100,2
Diversos	462	841	-45,1
TOTAL	200 362	229 654	-12,8

A taxa de sinistralidade (custos com sinistros / prémios brutos adquiridos) desceu 2,3 p.p. em relação ao ano anterior, para 63,6%, justificado essencialmente pela diminuição verificada no grupo Incêndio e Outros Danos (de 63,7% para 53,8%), em Acidentes e Doença (de 69,2% para 65,8%) e em Automóvel (de 72,3% para 70,4%).

(%)

CUSTOS COM SINISTROS / PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS *	2009	2008
Acidentes e Doença	65,8	69,2
Incêndio e Outros Danos	53,8	63,7
Automóvel	70,4	72,3
Transportes	94,9	56,9
Responsabilidade Civil	46,9	22,0
Diversos	4,6	7,4
TOTAL	63,6	65,9

* custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos

2.4.3 PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO

As provisões técnicas de seguro directo ascenderam a 618 954 milhares de euros, o que significa uma diminuição de 16 139 milhares de euros. Destaque para a diminuição verificada na Provisão para Sinistros de 11 894 milhares de euros em virtude do comportamento da sinistralidade, principalmente em Multirrisco e Automóvel.

(milhares de euros)

PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO	2009	2008	VAR 09/08 (%)
Provisão para Prémios Não Adquiridos	77 982	83 208	-6,3
Provisão para Sinistros	516 777	528 671	-2,2
Acidentes de Trabalho	168 977	177 284	-4,7
Outros Ramos	347 800	351 387	-1,0
Outras Provisões Técnicas	24 195	23 214	4,2
TOTAL	618 954	635 093	-2,5

2.4.4 RESSEGURO CEDIDO

O saldo de resseguro cedido, de 18 863 milhares de euros, foi mais desfavorável em 2009 comparativamente a 2008, em 3 334 milhares de euros.

O volume de prémios cedidos foi superior ao do ano anterior, e as indemnizações recebidas foram menores que as de 2008.

(milhares de euros)

RESSEGURO CEDIDO	2009	2008	VAR 09/08 (%)
Prémios	43 216	41 698	3,6
Comissões	-8 597	-8 394	2,4
Sinistros e Variação das Provisões Técnicas	-15 756	-17 775	-11,4
RESULTADO	18 863	15 529	21,5

2.4.5 SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO

O saldo técnico líquido de resseguro em 2009, no valor de 67 054 milhares de euros, cresceu 16,7% em relação ao ano anterior. Embora penalizado pela quebra na produção de seguro directo e pelo saldo de resseguro cedido, a diminuição dos custos com sinistros de seguro directo e da provisão para riscos em curso permitiu uma subida no saldo técnico líquido de resseguro.

A maior subida verificou-se em Automóvel, cujo saldo técnico líquido de resseguro apresentou um aumento de 9 552 milhares de euros, em relação ao ano anterior. Também em Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Danos, o saldo técnico cresceu 2,2% e 23,1%, respectivamente.

(milhares de euros)

SALDO TÉCNICO, LÍQUIDO DE RESSEGURO	2009	2008	VAR 09/08 (%)
Acidentes e Doença	23 455	22 941	2,2
Incêndio e Outros Danos	12 633	10 266	23,1
Automóvel	26 380	16 828	56,8
Transportes	1 620	1 961	-17,4
Responsabilidade Civil	4 329	5 342	-19,0
Diversos	-1 363	133	-1 124,8
TOTAL	67 054	57 471	16,7

2.4.6 CUSTOS OPERACIONAIS

O total de custos operacionais decresce 4,8%, atingindo um valor de 73 605 milhares de euros em 2009. A descida dos custos foi conseguida devido às fortes medidas de contenção desenvolvidas pela Companhia, nomeadamente em termos de redução de recursos humanos, de negociação de custos de cobrança, de contratos com fornecedores e de redução de custos e projectos informáticos.

Neste sentido, em 2009, os Custos com Pessoal decrescem 1,6% e os FSE 5,4%, tendo sido possível uma poupança de 603 milhares de euros e 1 357 milhares de euros, respectivamente.

(milhares de euros)			
CUSTOS OPERACIONAIS	2009	2008	VAR 09/08 (%)
Custos com Pessoal	37 783	38 386	-1,6
Fornecimentos e Serviços Externos	23 933	25 290	-5,4
Impostos e Taxas	2 297	2 931	-21,6
Amortizações	7 972	8 786	-9,3
Outros*	1 620	1 941	-16,5
TOTAL	73 605	77 334	-4,8

* Inclui Provisões para Riscos e Encargos, Juros Suportados, Comissões e Outros Custos com Investimentos

2.4.7 QUADRO DE PESSOAL

Durante o exercício de 2009 foram admitidos no quadro efectivo 22 novos colaboradores e verificaram-se 58 saídas, das quais 26 por passagem às situações de pré-reforma e de reforma.

Em consequência destes movimentos, o quadro efectivo diminuiu 4,8%. A produtividade diminuiu em relação ao ano anterior, consequência da diminuição dos prémios emitidos, com o valor de prémios de seguro directo por colaborador do quadro efectivo a atingir 432 milhares de euros (445 milhares de euros em 2008).

	2009	2008	VAR 09/08 (%)
Admissões	22	29	-24,1
Saídas	58	92	-37,0
das quais Pré-Reforma ou Reforma	26	50	-48,0
Total Quadro Efectivo	714	750	-4,8
Prémios SD / n.º Efectivos (milhares de euros)	432	445	-2,9

2.4.8 INVESTIMENTOS

As principais economias mundiais registaram as maiores quedas da actividade económica desde a segunda guerra mundial nos seis meses compreendidos entre Outubro de 2008 e Março de 2009. O PIB dos EUA registou uma contracção, em termos anualizados, superior a -6% no 1.º trimestre de 2009.

As medidas de estímulo económico implementadas pelos bancos centrais e governos de todo o mundo numa escala sem precedentes conseguiram estancar a crise, sem as quais as principais economias mundiais poderiam ter entrado numa recessão prolongada (depressão).

O anúncio da criação do *bad bank* nos EUA para compra de activos tóxicos existentes no balanço dos bancos e o *stress test* realizados pela FED à adequação de capitais dos bancos norte-americanos para enfrentar a crise, foram essenciais para a restauração da confiança dos agentes económicos e da sustentabilidade do sistema financeiro a nível mundial.

O ponto mais baixo da crise foi atingido entre Março e Junho de 2009, tendo as principais economias registado crescimentos trimestrais do PIB positivos no terceiro trimestre de 2009. Esta recuperação deveu-se, em grande parte, à reposição de stocks e a medidas temporárias de incentivo ao consumo tornando a recuperação bastante vulnerável e dependente da manutenção dos elevados estímulos fiscais, orçamentais e monetários ainda existentes.

Os mercados accionistas apresentaram fortes perdas até meados de Março, tendo desde esses níveis historicamente baixos registado valorizações superiores a +50%. As acções voltaram a comportar-se como um indicador avançado da economia, valorizando-se fortemente com as perspectivas de saída da recessão económica, as avaliações a descontarem um cenário de normalização da actividade económica a médio - prazo e a enorme liquidez canalizada para os mercados financeiros e para os activos de risco.

Os *spreads* no mercado de dívida corporate estreitaram fortemente com a normalização do mercado através do restabelecimento do mercado primário de emissões (reduzindo o risco de *default*) e os investidores a descontarem um cenário de recuperação em vez de depressão. Contudo, os *spreads* mantêm-se a níveis mais elevados do que os registados pré-crise financeira reflectindo a maior percepção de risco existente actualmente no mercado.

A política financeira da Tranquilidade centrou-se no investimento em obrigações de taxa fixa e redução dos elevados níveis de liquidez existentes no início do ano. O regresso ao mercado accionista efectuou-se em meados do ano apresentando, contudo, um peso muito reduzido na carteira de investimentos.

O segmento obrigacionista observou fortes investimentos durante o primeiro semestre em obrigações de taxa fixa, focado no mercado primário, permitindo captar os elevados *spreads* de crédito que se verificavam, privilegiando-se maturidades curtas de 3/5 anos e a manutenção do *rating* médio do portfolio em A2/A. Venda faseada de obrigações *floaters* com o objectivo de redução de exposição por emitente e diversificação sectorial.

(milhares de euros)			
ACTIVOS SOB GESTÃO	2009	2008	VAR 09/08 (%)
Obrigações	342 234	268 251	27,6
Taxa Fixa	146 510	8 423	1 639,4
Taxa Variável	195 724	259 828	-24,7
Acções e Fundos de Investimento	223 622	198 264	12,8
Estratégicos	209 767	193 356	8,5
Trading	9 886	2 445	304,3
Fundos de Investimento (<i>privaty equity</i>)	3 969	2 463	61,1
Imóveis	128 331	126 661	1,3
Uso Próprio	40 239	39 719	1,3
Rendimento	88 092	86 942	1,3
Liquidez	92 299	165 795	-44,3
Outros	2 081	2 096	-0,7
TOTAL	788 567	761 067	3,6

Em termos de resultados financeiros, o ano de 2009 apresenta um decréscimo do valor absoluto face a 2008, num total de -9 803 milhares de euros (-32,5%). Esta diminuição foi consequência de mais-valias extraordinárias ocorridas em 2008 com a alienação de algumas "posições" estratégicas e do movimento descendente das taxas de juro de mercado, com impacto desfavorável no volume de rendimentos das obrigações de taxa variável.

O ano de 2009 também ficou marcado pelo registo de mais-valias realizadas na alienação de obrigações de taxa fixa, num total de 5 837

milhares de euros. A estratégia de redução do nível de exposição a obrigações de taxa variável conduziu ao registo contabilístico de menos-valias realizadas num total de -3 378 milhares de euros.

A rentabilidade financeira situou-se nos 3,0%, o que compara com os 4,0% obtidos em 2008. A rentabilidade global em 2009, englobando as valias potenciais, foi de 6,9%.

(milhares de euros)			
RESULTADO FINANCEIRO	2009	2008	VAR 09/08 (%)
Rendimentos	18 318	29 451	-37,8
Títulos	15 864	26 892	-41,0
Imóveis	2 454	2 559	-4,1
Ganhos e Perdas	3 053	16 314	-81,3
Títulos	2 072	15 514	-86,6
Imóveis	981	800	22,6
Imparidades / Reversão	-1 011	-15 602	-93,5
Títulos	-1 011	-15 602	-93,5
Imóveis	-	-	-
TOTAL	20 360	30 163	-32,5

2.4.9 CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

O Capital Próprio em 2009 aumentou 31 995 milhares de euros relativamente ao ano anterior, para 252 439 milhares de euros explicado, na sua maioria, pelo aumento verificado na Reserva de Reavaliação (por ajustamento no justo valor de activos financeiros).

Os Capitais Próprios foram beneficiados em 30 450 milhares de euros pelo impacto das mais-valias potenciais, dos quais 20 482 milhares de euros resultantes da valorização das empresas do Grupo Tranquilidade a valores de mercado. Relevo ainda, para o movimento sobre os fundos próprios das empresas de seguros detidas (reforço na LOGO 3 900 milhares de euros e diminuição na T-Vida de 5 011 milhares euros).

O rácio de solvabilidade passou para 361,1% contra 320,0% registado em 2008. Para esta evolução favorável contribuiu o acréscimo dos Elementos Constitutivos que engloba os Capitais Próprios, e no qual se destaca a variação da Reserva de Reavaliação – Justo valor.

(milhares de euros)			
CAPITAL PRÓPRIO	2009	2008	VAR 09/08 (%)
Capital Social	135 000	135 000	0,0
Reservas de Reavaliação	39 750	16 973	134,2
Outras Reservas	41 052	40 046	2,5
Resultados Transitados	27 420	18 367	49,3
Resultado Líquido	9 217	10 059	-8,4
TOTAL	252 439	220 445	14,5

2.4.10 GESTÃO DE RISCO, CONTROLO INTERNO E COMPLIANCE

Em Novembro de 2009, foi aprovada a Directiva 2009/138/CE, relativa ao acesso à actividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II). Esta Directiva estabelece normas que regem:

- O acesso às actividades de seguro directo e resseguro e o seu exercício na Comunidade;
- A supervisão dos grupos de seguros e resseguros;
- O saneamento e a liquidação das empresas de seguro directo.

Os Estados-Membros, até 31 de Outubro de 2012 terão que transpor para normativo interno as referidas disposições legais.

A Tranquilidade, gradualmente tem vindo a adequar a sua estrutura, políticas e procedimentos de modo a poder aproveitar este período de transição na preparação para os novos desafios que se avizinham e que implicarão alterações substanciais no negócio de seguros.

Assim, durante o ano de 2009, foram efectuadas diversas acções nesse sentido, das quais destacamos as seguintes:

- Desenvolvimento projecto de modelos internos de Capital Económico;
- Integração em grupos de trabalho do ISP e da APS sobre matérias referentes à evolução do projecto Solvência II;
- Realização do QIS 4BIS – Estudo de Impacto Quantitativo da aplicação das regras do Solvência II ao cálculo do Capital Económico das seguradoras;
- Actualização do sistema de controlo interno, com o respectivo mapeamento dos processos, riscos e controlos;
- Sistematização e implementação de modelos de *reporting* de Gestão de Risco, Controlo Interno e *Compliance*;
- Definição, formalização e monitorização de uma política anti-fraude;
- Criação de uma base de dados para contratos com *outsourcers* e fornecedores.

Decorrente da publicação durante o ano 2009 de diversos diplomas legais relacionados com a actividade seguradora, há ainda que salientar a avaliação dos impactos e acompanhamento da implementação dos mesmos, resultantes das alterações introduzidas à Lei de acesso e exercício da actividade seguradora, do novo Código do Trabalho, do novo Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, cuja entrada em vigor foi entretanto adiada, ou ainda do regime jurídico aplicável à prestação de serviços de promoção, informação e apoio aos consumidores e utentes através de centros telefónicos de relacionamento (*Call Centers*).

A nível regulamentar, destacam-se as acções levadas a cabo no âmbito da Conduta de Mercado, com impactos ao nível da Gestão de Reclamações e na criação da figura do Provedor do Cliente, ou ainda as decorrentes da avaliação às recomendações previstas no âmbito da Circular 7/2009.

2.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados do exercício atingiram 9 217 425,84 euros em 2009, para o qual propomos a seguinte aplicação:

- 10% do resultado do exercício no montante de 921 742,58 euros para Reserva Legal;
- Pagamento de dividendos no montante de 8 250 000 euros;
- O remanescente para Outras Reservas.

2.6 OBJECTIVOS PARA 2010

O ano 2010, a nível internacional perspectiva-se, apesar de alguns sinais positivos, como um ano ainda de fraco crescimento e incerteza sobre a evolução dos mercados de capitais, condicionando o sector segurador no que respeita às actividades financeiras.

Em Portugal, a área seguradora Não Vida tem crescido abaixo da economia e não é expectável que 2010 traga um forte desenvolvimento do mercado. Pelo contrário, em 2010 o enquadramento do elevado défice que obriga à adopção de um Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC)

para o país e a perspectiva de início da trajectória de subida das taxas de juro, trará ainda maiores restrições às famílias e empresas.

Neste contexto, a resposta da Tranquilidade aos desafios colocados ao sector deverá reger-se pelos princípios do rigor e solidez que têm permitido a manutenção do seu rating nos últimos anos. A abordagem ao mercado continuará a fazer-se de forma segmentada e selectiva, a par do reforço da aposta nos agentes profissionais multimarca e exclusivos. Internamente dar-se-á continuidade ao projecto de redução de custos, reduzindo o seu *expense-ratio*.

Assim, a Tranquilidade deverá prosseguir a tendência crescente, evidente a partir do 2º semestre de 2009, persistindo e aprofundando algumas das medidas já adoptadas no ano anterior.

Em concreto, em 2010 as prioridades da Companhia irão para:

1. Crescimento controlado acima do mercado mas suficientemente selectivo nos diversos segmentos e canais para não haver degradação da margem;
2. O equilíbrio técnico por via da correcção dos preços (e conseqüente melhoria da sinistralidade), através da redução dos descontos;
3. Prossecução dos programas de reorganização em curso no sentido de reposicionar a companhia num patamar de excelência em termos de serviço a mediadores e Clientes;

Desta forma, em 2010, deverá acelerar-se a implementação de um pacote de medidas críticas para reforçar a solidez da companhia e a cultura de orientação e serviço ao Agente:

- Melhoria na gestão de sinistros na óptica do Agente/Cliente;
- Melhoria na velocidade de resposta aos pedidos de cotação;
- Adopção de políticas de *pricing* que gerem maior autonomia dos mediadores;
- Reorganização da área comercial de forma a aumentar a sua eficácia, mediante o permanente acompanhamento de uma equipa comercial interna dotada de maior responsabilidade e autonomia, competente e motivada aos mediadores de maior dimensão e profissionalismo.

No vector crescimento, a Tranquilidade deverá desenvolver as suas iniciativas de expansão internacional, nomeadamente para Angola.

O enfoque da actividade neste país será baseado na oferta para os segmentos de empresas e *private* de acordo com a estratégia comercial do BES prevendo-se, em termos de desenvolvimento, que acompanhe o crescimento da economia nos vários segmentos.

O projecto de Angola está em fase de conclusão, reunindo, à data de 31 de Dezembro de 2009, todas as condições inerentes ao arranque comercial da operação, nomeadamente recursos humanos, instalações, sistemas de informação, que deverá ocorrer ao longo do ano 2010.

2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos Accionistas, Clientes, Mediadores e Colaboradores pela sua contribuição para o desenvolvimento da Sociedade.

Registamos igualmente, com apreço, a acção do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2010

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rui Manuel Leão Martinho
Presidente do Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Vogal e Presidente da Comissão Executiva

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
Vogal e Membro da Comissão Executiva

António Miguel Natário Rio-Tinto
Vogal e Membro da Comissão Executiva

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Vogal e Membro da Comissão Executiva

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Vogal e Membro da Comissão Executiva

Eduardo Antunes Stock
Vogal

Miguel Luís Kolbach da Veiga
Vogal

António José Baptista do Souto
Vogal

Manrico Iachia
Vogal

António Manuel Rodrigues Marques
Vogal



CAIO REISEWITZ b. 1967, Brasil, São Paulo "mamangá", 2007. C-Print sobre Diasec 227x180cm. Edição 2/5. Cortesia Galeria Joan Prats



03 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



TRANQUILIDADE

03 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO (ACTIVO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(milhares de euros)

ACTIVO	Notas do Anexo	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações / Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	8 150		8 150	23 586
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	165 977	480	165 497	133 006
Activos financeiros detidos para negociação	6				35
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	6 572		6 572	4 538
Derivados de cobertura					
Activos disponíveis para venda	6	383 235	16 208	367 027	308 353
Empréstimos e contas a receber		116 257		116 257	167 871
Depósitos junto de empresas cedentes	6	1		1	1
Outros depósitos	6	84 892		84 892	119 315
Empréstimos concedidos	6	28 850		28 850	45 336
Contas a receber					
Outros	6	2 514		2 514	3 219
Investimentos a deter até à maturidade					
Terrenos e edifícios		134 360	6 029	128 331	126 661
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	46 268	6 029	40 239	39 719
Terrenos e edifícios de rendimento	9	88 092		88 092	86 942
Outros activos tangíveis	10	39 476	36 066	3 410	3 366
Inventários	10	323		323	396
Goodwill	12	25 785		25 785	25 785
Outros activos intangíveis	12	47 029	33 090	13 939	13 203
Provisões técnicas de resseguro cedido		48 225		48 225	47 901
Provisão para prémios não adquiridos	4	13 394		13 394	12 886
Provisão para sinistros	4	34 831		34 831	35 015
Provisão para participação nos resultados					
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	13 524		13 524	12 811
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		84 175	6 870	77 305	86 325
Contas a receber por operações de seguro directo	13	58 228	5 783	52 445	49 956
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	5 436	244	5 192	6 314
Contas a receber por outras operações	13	20 511	843	19 668	30 055
Activos por impostos		2 091		2 091	418
Activos por impostos correntes	24	2 091		2 091	418
Activos por impostos diferidos					
Acréscimos e diferimentos	13	1 843		1 843	1 930
Outros elementos do activo					
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
TOTAL ACTIVO		1 077 022	98 743	978 279	956 185

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE

Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rui Manuel Leão Martinho
 Pedro Guilherme Beauvillian de Brito e Cunha
 Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
 António Miguel Natário Rio-Tinto
 Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
 Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
 Eduardo Antunes Stock
 Miguel Luís Kolback da Veiga
 António José Baptista do Souto
 Manrico Iachia
 António Manuel Rodrigues Marques

BALANÇO (PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Exercício	Exercício Anterior
PASSIVO			
Provisões técnicas		625 572	639 233
Provisão para prémios não adquiridos	4	80 053	84 485
Provisão para sinistros	4	520 020	530 264
De vida			
De acidentes de trabalho	4	168 979	177 286
De outros ramos	4	351 041	352 978
Provisão para participação nos resultados	4	1 080	810
Provisão para compromissos de taxa			
Provisão para estabilização de carteira			
Provisão para desvios de sinistralidade	4	4 654	4 193
Provisão para riscos em curso	4	19 765	19 481
Outras provisões técnicas			
Outros passivos financeiros		513	806
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores	5	503	806
Outros	6	10	
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo			
Outros credores por operações de seguros e outras operações		40 450	46 897
Contas a pagar por operações de seguro directo	13	21 079	20 195
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	11 273	10 870
Contas a pagar por outras operações	13	8 098	15 832
Passivos por impostos		39 680	28 893
Passivos por impostos correntes	24	26 564	23 425
Passivos por impostos diferidos	24	13 116	5 468
Acréscimos e diferimentos	13	17 797	18 677
Outras provisões	13	1 828	1 234
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
TOTAL PASSIVO		725 840	735 740
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	25	135 000	135 000
(Acções próprias)			
Outros instrumentos de capital			
Reservas de reavaliação		53 079	22 629
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	26	53 079	22 629
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de activos intangíveis			
Por revalorização de outros activos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26	-13 329	-5 656
Outras reservas	26	41 052	40 046
Resultados transitados	35	27 420	18 367
Resultado do exercício		9 217	10 059
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		252 439	220 445
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		978 279	956 185

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE

Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rui Manuel Leão Martinho
 Pedro Guilherme Beauvillian de Brito e Cunha
 Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
 António Miguel Natário Rio-Tinto
 Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
 Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
 Eduardo Antunes Stock
 Miguel Luís Kolback da Veiga
 António José Baptista do Souto
 Manrico Iachia
 António Manuel Rodrigues Marques

GANHOS E PERDAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		277 881		277 881	307 777
Prémios brutos emitidos	14	314 812		314 812	337 144
Prémios de resseguro cedido	14	-43 216		-43 216	-41 698
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	5 777		5 777	12 796
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	508		508	-465
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	4	190 169		190 169	213 087
Montantes pagos		200 918		200 918	212 029
Montantes brutos		216 350		216 350	229 466
Parte dos resseguradores		-15 432		-15 432	-17 437
Provisão para sinistros (variação)		-10 749		-10 749	1 058
Montante bruto		-10 933		-10 933	1 861
Parte dos resseguradores		184		184	-803
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	745		745	12 670
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	270		270	270
Custos e gastos de exploração líquidos	21	91 268		91 268	99 506
Custos de aquisição		65 295		65 295	71 811
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	1 345		1 345	2 508
Gastos administrativos		33 224		33 224	33 581
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-8 596		-8 596	-8 394
Rendimentos	16	18 007	311	18 318	29 451
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		12 749	10	12 759	21 649
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		5 258	301	5 559	7 802
Gastos financeiros	16	1 979	2	1 981	2 106
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		1 979	2	1 981	2 106
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	17 e 18	3 515	21	3 536	15 563
De activos disponíveis para venda		3 515	174	3 689	15 563
De empréstimos e contas a receber			-153	-153	
De investimentos a deter até à maturidade					
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
De outros					
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	17 e 18	-1 450		-1 450	-52
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação					
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-1 450		-1 450	-52
Diferenças de câmbio	19	-14	-7	-21	2
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	17 e 18	981		981	800
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		624	-2 358	-1 734	-13 296
De activos disponíveis para venda	6	624	-1 155	-531	-15 602
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade			-1 203	-1 203	2 306
De outros	7 e 13				
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-575		-575	-659
Outras provisões (variação)	20				
Outros rendimentos/gastos	20		-343	-343	-586
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de activos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		14 538	-2 378	12 160	11 361
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24		-2 968	-2 968	-1 543
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24		25	25	241
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		14 538	-5 321	9 217	10 059

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE

Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rui Manuel Leão Martinho
 Pedro Guilherme Beauvillian de Brito e Cunha
 Augusto Tomé Pires Fernandes Pedrosa
 António Miguel Natário Rio-Tinto
 Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
 Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
 Eduardo Antunes Stock
 Miguel Luís Kolback da Veiga
 António José Baptista do Souto
 Manrico Iachia
 António Manuel Rodrigues Marques



LEE FRIEDLANDER b. 1934, USA "Florida", 1963 da série, "The little Screens", Brometo de prata, 35,5x27,9 cm
© Lee Friedlander, courtesy Galerie Thomas Zander, Cologne and Fraenkel Gallery, San Francisco



04 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL



TRANQUILIDADE

04 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

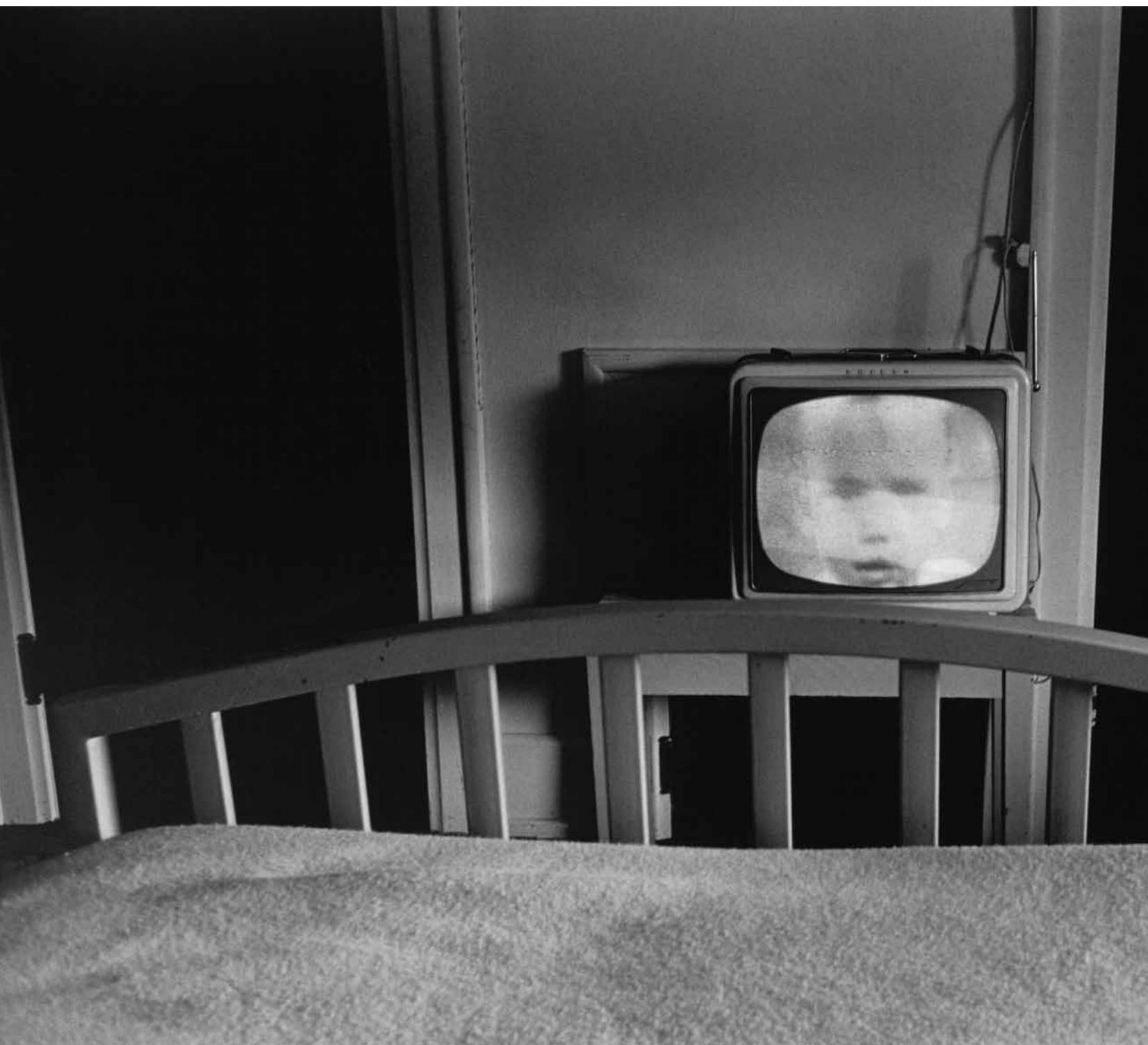
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(milhares de euros)

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	2009	2008
Resultado líquido do exercício	9 217	10 059
Variação de justo valor dos activos disponíveis para venda, filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	30 450	-50 545
Variação dos impostos correntes e diferidos	-7 673	12 760
Total do Rendimento Integral	31 994	-27 726



LEE FRIEDLANDER b. 1934, USA "Galax, Virginia", 1962 da série, "The little Screens", Brometo de prata, 27,9x35,5 cm
© Lee Friedlander, courtesy Galerie Thomas Zander, Cologne and Fraenkel Gallery, San Francisco





05 MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS



TRANQUILIDADE

05 MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(milhares de euros)

	Capital Social	Reservas de Reavaliação		Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado do Exercício	TOTAL
		Por Ajustamentos no Justo Valor de Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	Por Ajustamentos no Justo Valor de Activos Financeiros Disponíveis para Venda		Reserva Legal	Outras Reservas			
Balço a 1 de Janeiro 2008	135 000	70 738	2 436	-18 416	36 771	928	15 872	22 842	266 171
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-31 505							-31 505
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			-19 040						-19 040
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				12 760					12 760
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					2 347		-2 347		
Distribuição de lucros/prejuízos							-18 000		-18 000
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							22 842	-22 842	
Total das variações do capital próprio		-31 505	-19 040	12 760	2 347		2 495	-22 842	-55 785
Resultado líquido do período								10 059	10 059
Balço a 31 de Dezembro 2008	135 000	39 233	-16 604	-5 656	39 118	928	18 367	10 059	220 445
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		20 482							20 482
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			9 968						9 968
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				-7 673					-7 673
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					1 006		-1 006		
Distribuição de lucros/prejuízos									
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							10 059	-10 059	
Total das variações do capital próprio		20 482	9 968	-7 673	1 006		9 053	-10 059	22 777
Resultado líquido do período								9 217	9 217
Balço a 31 de Dezembro 2009	135 000	59 715	-6 636	-13 329	40 124	928	27 420	9 217	252 439



MYOUNG HO LEE b. 1975, KOREAN "Tree#11", 2005 Archival Ink-Jet Print 62,5 x 50 cm
Edição: 1/3 PA © Myoung Ho Lee, Courtesy Yossi Milo Gallery, New York



06 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA



TRANQUILIDADE

06 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(milhares de euros)

	2009	2008
Fluxos de caixa de actividades operacionais	35 423	-7 536
Resultado líquido do exercício	9 217	10 059
Depreciações e amortizações do exercício	7 972	8 786
Variação das provisões técnicas de seguro directo	-13 661	4 430
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	-324	123
Variação de passivos por contratos de investimento	-	-
Variação de outras provisões	594	567
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	9 021	6 510
Variação de outros activos e passivos por impostos	9 113	-6 129
Variação de outros activos e passivos	19 938	-33 129
Variação de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	-6 447	1 247
Fluxos de caixa de actividades de investimento	-50 859	7 964
Variação de investimentos	-41 550	12 096
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	-9 491	-8 232
Alienações de activos tangíveis e intangíveis	182	1 655
Aquisição de imóveis	-	-3 779
Alienações de terrenos e edifícios	-	6 224
Fluxos de caixa de actividades de financiamento	-	-18 000
Distribuição de dividendos	-	-18 000
Subscrição de capital	-	-
Variação líquida em caixa e equivalentes	-15 436	-17 572
Caixa e equivalentes no início do período	23 586	41 158
Caixa e equivalentes no fim do período	8 150	23 586



LUCIA KOCH b. 1966, BRASIL, "Arquitetura de autor (Savoy), 2009", fotografia - impressão jacto de tinta s/ papel algodão, 35 x 65 cm, Edição: 1 PA (10 + 1 PA). © Lucia Koch



07 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



TRANQUILIDADE

07 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os segmentos de negócio objecto de relato são o de negócio e o geográfico, nos quais os produtos e soluções de maior relevância que a Companhia têm ao dispor dos seus clientes são os referidos como segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
AT Empregados Domésticos	Tranquilidade Casa	Automóvel Ligeiros
AT Conta Própria	Tranquilidade Casa Prestígio	Automóvel Clássicos
AT Conta de Outrém	MR Estabelecimento	Automóvel 2 Rodas

MR - Multirisco

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, segmentada pelas linhas de negócios mais relevantes é como segue:

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (adiante designada por Tranquilidade ou Companhia) resultou da transformação em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos da então empresa pública Tranquilidade Seguros, EP, a qual foi formada a partir da fusão da Companhia de Seguros Tranquilidade, da Companhia de Seguros A Nacional e da Companhia de Seguros Garantia Funchalense.

Após as duas fases de privatização, ocorridas em finais de 1989 e de 1990, a Companhia passou a ser detida maioritariamente pelo Grupo Espírito Santo. De referir que a Companhia procedeu ainda à fusão da ESIA - Inter - Atlântico Companhia de Seguros, à data de 30 de Dezembro de 2004.

A Companhia tem sede social e local principal de negócios na Av. da Liberdade, 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 500940231 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Exerce a actividade de seguros e resseguros em Portugal em todos os ramos técnicos Não Vida (com excepção do seguro de crédito), sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e mediante a autorização nº 1037.

Em volume de prémios directos, os ramos técnicos de maior significado são o ramo Automóvel e o ramo de Acidentes e Doença.

Actualmente a Companhia opera através dos seus escritórios de Lisboa e Porto e de uma sucursal em Espanha. A rede de distribuição, a operar dividida por 24 zonas comerciais, está suportada por um total de 348 pontos físicos de venda que se distribuem geograficamente por todo o território continental e regiões autónomas. Por tipologia, a rede física é composta por 43 lojas próprias, 71 lojas franchisadas e 234 lojas de venda partilhadas com balcões do Banco Espírito Santo.

As Notas incluídas no presente Anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

NOTA 2 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Tranquilidade explora todos os ramos de seguros não vida, para os quais foi autorizada pelo ISP e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

(milhares de euros)

2009	Total Não-Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	314 812	56 258	59 401	131 270
Prémios de resseguro cedido	-43 216	-525	-22 516	-1 600
Prémios brutos adquiridos	320 589	56 467	59 691	136 388
Resultado dos investimentos	19 684	5 789	1 806	10 191
Custos com sinistros brutos	205 417	32 008	32 612	96 771
Custos de exploração brutos	99 864	14 802	21 450	42 579
Resultado técnico	14 538	15 541	-723	4 363
Rubricas de Balanço				
Activos afectos à representação das provisões técnicas	652 036	180 978	61 315	345 663
Provisões técnicas	625 572	173 633	58 826	331 634

(milhares de euros)

2008	Total Não-Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	337 144	62 650	59 296	148 123
Prémios de resseguro cedido	-41 698	-434	-22 057	-1 808
Prémios brutos adquiridos	349 940	63 127	59 292	159 584
Resultado dos investimentos	25 534	-436	3 321	19 452
Custos com sinistros brutos	231 327	40 649	37 731	116 156
Custos de exploração brutos	107 900	15 899	21 098	49 825
Resultado técnico	7 119	4 884	-1 867	2 116
Rubricas de Balanço				
Activos afectos à representação das provisões técnicas	627 253	179 427	57 308	335 494
Provisões técnicas	639 233	182 854	58 402	341 901

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, segmentada por áreas geográficas é como segue:

(milhares de euros)

2009	Total	Portugal	Espanha
Rubricas de Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos	314 812	314 117	695
Prémios de resseguro cedido	-43 216	-43 165	-51
Prémios brutos adquiridos	320 589	319 879	710
Resultado dos investimentos	19 684	19 678	6
Custos com sinistros brutos	205 417	205 096	321
Custos de exploração brutos	99 864	99 456	408
Resultado técnico	14 538	14 589	-51
Rubricas de Balanço			
Activos afectos à representação			
das provisões técnicas	652 036	651 669	367
Provisões técnicas	625 572	625 205	367

(milhares de euros)

2009	Total	Portugal	Espanha
Rubricas de Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos	337 144	336 395	749
Prémios de resseguro cedido	-41 698	-41 651	-47
Prémios brutos adquiridos	349 940	349 199	741
Resultado dos investimentos	25 534	25 527	7
Custos com sinistros brutos	231 327	231 011	316
Custos de exploração brutos	107 900	107 511	389
Resultado técnico	7 119	7 109	10
Rubricas de Balanço			
Activos afectos à representação			
das provisões técnicas	627 253	626 897	356
Provisões técnicas	639 233	638 877	356

NOTA 3 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Tranquilidade agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCEs 07"), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Em 2009, a Tranquilidade adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2009.

Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, e tal como descrito na Nota 37, a Tranquilidade adoptou, na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2009, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Tranquilidade na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta Nota, foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adoptadas em 2009 tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a Tranquilidade ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 23 de Fevereiro de 2010.

PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOPTADOS

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.

Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de

determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

De acordo com o IAS 39, a Companhia optou por valorizar os investimentos em subsidiárias ao justo valor.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

De acordo com o IAS 39, a Companhia optou por valorizar os investimentos em associadas ao justo valor.

Activos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos ganhos e perdas, que inclui:
 - Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;
 - Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
 - Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
- Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. A Companhia não adoptou esta possibilidade.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe

uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

TIPO DE ACTIVOS	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	36 a 49
Equipamento informático	3 a 4
Mobiliário e material	6 a 10
Instalações interiores	10
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	3 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso contínuo do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Activos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 a 15 anos).

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Loações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressupõem a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

No decurso da sua actividade, a Tranquilidade aceita e cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro directo.

Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)".

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do *unwinding* dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior

de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os encargos com reformas antecipadas, assim como os correspondentes ganhos e perdas actuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no activo e aos pré-reformados até à idade da reforma. O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores

contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP.

Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes

pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, ou, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i)

provisão para participação nos resultados, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para riscos em curso, (iv) teste de adequação das responsabilidades, (v) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas.

As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

NOTA 4 - NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ACTIVOS DE RESSEGURO

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUE PERMITA IDENTIFICAR E EXPLICAR AS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO

Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente.

A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

A análise quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

Para a determinação desta provisão é efectuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data. Nos ramos de Acidentes de Trabalho na parte não relativa a pensões e Automóvel, aplica-se o método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para custos de gestão de sinistros.

Com excepção dos ramos Automóvel, Doença e Responsabilidade Civil, para o IBNR, aplica-se uma taxa genérica de 6%, ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício. Para os ramos Doença, Responsabilidade Civil e Automóvel, foram feitas

estimativas actuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo.

Efectua-se ainda uma Provisão Matemática no ramo de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2009 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de Dezembro de 2009 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais por referência a métodos actuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão Matemática face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de Dezembro de 2009 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

A provisão para sinistros não é descontada, excepto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, procedendo assim a Companhia à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base a projecção dos *cash flows* futuros, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Provisão matemática

As provisões matemáticas têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para as Pensões Não Remíveis aplica-se a tábua de mortalidade TV 73/77 com uma taxa de juro de 4,4% e encargos de gestão de 1,5%, e para as Pensões Remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e encargos de gestão de 0%.

A norma estabelece igualmente que a taxa a utilizar deverá ter como referencial o rendimento futuro previsível dos activos subjacentes após dedução prudencial e adequada. Nessa base, a Companhia determinou que a taxa de juro sem risco para a maturidade das responsabilidades era adequada.

Para efeitos do teste de adequação das responsabilidades, as provisões matemáticas das pensões não obrigatoriamente remíveis (incluindo pagamentos futuros para o FAT) são calculadas com base na tábua de mortalidade TV 73/77 com a taxa de juro das obrigações portuguesas, com maturidade de 15 anos (4,47%, em 31/12/2009) e encargos de gestão de 1,5%.

No final do ano de 2009, a Companhia procedeu à alteração das bases técnicas de Acidentes de Trabalho ao abrigo da norma 15/2000 de 23 de Novembro emitida pelo ISP. De acordo com a referida norma, as provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho devem ser calculadas com uma taxa técnica prudente, tendo em atenção a duração das responsabilidades e a natureza dos riscos, devendo a tábua de mortalidade e os restantes pressupostos serem adequados e prudentes.

Face a 2008 procedeu-se à alteração da tábua de mortalidade, para as Pensões Não Remíveis, da taxa de juro e encargos de gestão, sendo que o impacto destas alterações corresponde a um reforço de 3 milhões de euros.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pelo ISP, o montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Para os seguros de Cauções e Risco Atómico esta provisão é constituída quando o resultado técnico destes ramos for positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pelo ISP aplicadas ao resultado técnico.

Para o Risco Fenómenos Sísmicos, é calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo. Relativamente à Provisão para Sinistros deve, consoante o resseguro provenha do seguro directo ou do resseguro aceite, ser calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de provisões técnicas de seguro directo e de resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite reflectida no passivo líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2009		2008			
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Acidentes e Doença	12 517	2 403	10 114	12 243	2 384	9 859
Incêndio e Outros Danos	24 579	4 883	19 696	24 869	4 923	19 946
Automóvel	53 368	10 554	42 814	58 486	11 697	46 789
Marítimo, Aéreo e Transportes	1 816	346	1 470	2 232	432	1 800
Responsabilidade Civil Geral	3 155	629	2 526	3 147	625	2 522
Crédito e Caução	52	10	42	62	12	50
Protecção Jurídica	9	1	8	10	2	8
Assistência	3 635	676	2 959	3 927	785	3 142
Diversos	527	103	424	459	90	369
Total	99 658	19 605	80 053	105 435	20 950	84 485

A variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite é reflectida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de Prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de Custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2009		2008			
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Acidentes e Doença	274	19	255	-192	-11	-181
Incêndio e Outros Danos	-290	-40	-250	4	-13	17
Automóvel	-5 118	-1 143	-3 975	-11 462	-2 292	-9 170
Marítimo, Aéreo e Transportes	-416	-86	-330	-142	-33	-109
Responsabilidade Civil Geral	8	4	4	-184	-25	-159
Crédito e Caução	-10	-2	-8	-63	-13	-50
Protecção Jurídica	-1	-1	-	-2	-	-2
Assistência	-292	-109	-183	-815	-131	-684
Diversos	68	13	55	60	10	50
Total	-5 777	-1 345	-4 432	-12 796	-2 508	-10 288

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2009	2008	2009	2008
Acidentes e Doença	209	184	25	-29
Incêndio e Outros Danos	6 930	6 547	383	241
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	846	1 207	-361	-219
Responsabilidade Civil Geral	308	320	-12	44
Crédito e Caução	25	29	-4	-60
Protecção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	4 637	4 229	408	-532
Diversos	439	370	69	90
Total	13 394	12 886	508	-465

A provisão para sinistros de seguro directo e resseguro aceite reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2009	2008	2009	2008
Acidentes de Trabalho	168 979	177 286	-8 031	-2 210
Acidentes Pessoais e Doença	14 104	12 329	1 718	-570
Incêndio e Outros Danos	33 790	32 393	1 346	4 600
Automóvel	274 845	281 780	-7 832	203
Marítimo, Aéreo e Transportes	7 405	7 664	-226	901
Responsabilidade Civil Geral	19 297	17 152	2 133	-586
Crédito e Caução	1 077	1 012	84	-375
Protecção Jurídica	148	154	-5	75
Assistência	-	-	-	-
Diversos	375	494	-120	-177
Total	520 020	530 264	-10 933	1 861

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 124 009 milhares de euros (2008: 129 591 milhares de euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho. Neste saldo da provisão matemática está incluído o resultado obtido pelo teste de adequação de responsabilidades, que em 2009 foi nulo (2008: 7 376 milhares de euros) e uma actualização das contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho no montante de 6 887 milhares de euros (2008: 6 995 milhares de euros).

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 29 834 milhares de euros (2008: 24 900 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2009 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de 8 918 milhares de euros (2008: 8 208 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2008 (1)	Sinistros* Pagos em 2009 (2)	Provisão para Sinistros em 31.12.2009 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e Doença	189 615	30 713	144 222	-14 680
Incêndio e Outros Danos	32 393	18 749	12 781	-863
Automóvel				
- Responsabilidade Civil	266 560	46 950	199 447	-20 163
- Outras Coberturas	15 220	7 168	6 535	-1 517
Marítimo, Aéreo e Transportes	7 664	2 493	4 424	-747
Responsabilidade Civil Geral	17 152	1 586	16 729	1 163
Crédito e Caução	1 012	131	1 063	182
Protecção Jurídica	154	26	130	2
Assistência	-	-	-	-
Diversos	494	283	26	-185
Total	530 264	108 099	385 357	-36 808

(*) Sinistros ocorridos no ano 2008 e anteriores.

No grupo de ramos Acidentes e Doença (principalmente em Acidentes de Trabalho), e também no ramo Automóvel, os reajustamentos devem-se sobretudo a um processo de reavaliação das provisões para sinistros tendo em atenção a sua melhor adequação, face aos montantes pagos em 2009 e ao que se perspectiva futuramente. Os outros reajustamentos resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos face ao montante global da provisão para sinistros constituída.

No grupo de ramos Acidentes e Doença, os ajustamentos devem-se também ao ramo Acidentes de Trabalho e derivam do facto do mapa não considerar os rendimentos financeiros afectos às Provisões Matemáticas.

A provisão para sinistros de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2009	2008	2009	2008
Acidentes de Trabalho	28	31	-3	4
Acidentes Pessoais e Doença	188	524	-336	128
Incêndio e Outros Danos	12 081	10 940	1 141	3 487
Automóvel	10 065	11 533	-1 468	-2 927
Marítimo, Aéreo e Transportes	3 602	4 489	-887	950
Responsabilidade Civil Geral	8 518	7 039	1 479	-733
Crédito e Caução	19	19	-	-22
Protecção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	330	440	-110	-84
Total	34 831	35 015	-184	803

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 924 milhares de euros (2008: 1 277 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2009 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros 2009, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados	Variação da Provisão para Sinistros	Custos com Sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e Doença	66 268	3 733	-6 312	63 689
Incêndio e Outros Danos	30 089	1 178	776	32 043
Automóvel	-	-	-	-
- Responsabilidade Civil	69 508	5 172	-17 864	56 816
- Outras Coberturas	24 498	2 018	8 958	35 474
Marítimo, Aéreo e Transportes	7 313	139	-229	7 223
Responsabilidade Civil Geral	2 142	383	2 130	4 655
Crédito e Caução	135	3	84	222
Protecção Jurídica	16	25	-5	36
Assistência	-	-	-	-
Diversos	321	3	-120	204
Total	200 290	12 654	-12 582	200 362
Resseguro Aceite	3 406	-	1 649	5 055
Total Geral	203 696	12 654	-10 933	205 417

A discriminação dos custos com sinistros 2008, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados	Variação da Provisão para Sinistros	Custos com Sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e Doença	67 786	4 367	-2 780	69 373
Incêndio e Outros Danos	31 998	1 134	4 602	37 734
Automóvel	-	-	-	-
- Responsabilidade Civil	81 292	5 737	11 500	98 529
- Outras Coberturas	26 463	2 076	-12 683	15 856
Marítimo, Aéreo e Transportes	3 894	193	909	4 996
Responsabilidade Civil Geral	2 514	305	-494	2 325
Crédito e Caução	326	3	-374	-45
Protecção Jurídica	35	22	74	131
Assistência	-	-	-	-
Diversos	927	4	-176	755
Total	215 235	13 841	578	229 654
Resseguro Aceite	390	-	1 283	1 673
Total Geral	215 625	13 841	1 861	231 327

A provisão para participação nos resultados reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2009	2008	2009	2008
Acidentes e Doença	1 080	810	270	270
Incêndio e Outros Danos	-	-	-	-
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	1 080	810	270	270

A provisão para desvios de sinistralidade reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2009	2008	2009	2008
Acidentes e Doença	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	4 202	3 739	463	432
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	10	18	-8	-46
Crédito e Caução	394	394	-	50
Protecção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	48	42	6	4
Total	4 654	4 193	461	440

A provisão para riscos em curso reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2009	2008	2009	2008
Acidentes e Doença	3 703	3 517	186	1 282
Incêndio e Outros Danos	1 138	2 325	-1 187	1 491
Automóvel	13 975	13 332	643	9 422
Marítimo, Aéreo e Transportes	12	6	6	1
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-19
Protecção Jurídica	2	1	1	-
Assistência	728	242	486	15
Diversos	207	58	149	39
Total	19 765	19 481	284	12 231

Os valores de Outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas correspondem à soma da variação expressa acima nos quadros de provisão para desvios de sinistralidade de seguro directo e de provisão para riscos em curso de seguro directo.

NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

O Risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respectiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Nos seguros Não vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas e Risco Catastrófico.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais actividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definidas formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários e emitem pareceres técnicos e que emitem as apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respectivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de excepção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efectuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são reflectidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efectivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução da provisão para sinistros de seguro directo com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, excluindo provisões matemáticas do ramo acidentes de trabalho, comparando os custos efectivos com estimativas anteriores é como segue:

(milhares de euros)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Provisão para sinistros com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos.	250 434	276 399	299 101	302 579	305 512	328 733	363 800	375 014	394 397	394 186	387 150
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	91 432	106 206	105 824	108 328	106 724	91 174	105 504	100 096	98 779	94 708	
Dois anos depois	133 023	147 272	157 869	162 811	149 681	141 526	157 627	145 308	135 925		
Três anos depois	161 289	185 976	197 820	194 772	185 956	176 790	191 998	171 505			
Quatro anos depois	191 913	215 921	222 164	223 751	213 367	201 716	213 580				
Cinco anos depois	215 087	234 821	246 876	245 653	235 135	220 093					
Seis anos depois	229 519	252 471	264 938	263 670	250 333						
Sete anos depois	241 548	267 296	280 214	275 464							
Oito anos depois	252 513	279 416	289 301								
Nove anos depois	262 582	285 953									
Dez anos depois	267 596										
Estimativa final de custos com sinistros											
Um ano depois	253 045	277 599	303 180	313 397	327 363	338 836	354 407	366 449	352 929	369 571	
Dois anos depois	249 244	283 207	306 243	325 422	334 297	334 918	356 147	345 157	349 376		
Três anos depois	251 544	283 966	314 450	331 367	332 408	333 196	352 713	338 431			
Quatro anos depois	256 286	303 872	317 872	331 221	331 075	338 491	352 070				
Cinco anos depois	277 384	306 526	318 261	329 943	342 831	336 647					
Seis anos depois	280 619	306 563	318 259	347 022	340 872						
Sete anos depois	281 055	306 112	338 585	345 961							
Oito anos depois	280 690	324 328	338 097								
Nove anos depois	295 051	324 479									
Dez anos depois	295 428										
Excedente / (défice) acumulado	-44 994	-48 080	-38 996	-43 382	-35 360	-7 914	11 730	36 583	45 021	24 615	

A Tranquilidade pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, com o objectivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração. O programa de resseguro em 2009 é constituído por tratados proporcionais – Quota-parte e Excedente e por tratados não proporcionais – Excedente de Sinistro e Cobertura Catastrófica, conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Acidentes pessoais (crédito ao consumo)	Quota parte
Acidentes pessoais	Excesso de perdas (XL)
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (responsabilidade civil)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (danos próprios)	Excesso de perdas (XL)
Cauções	Quota parte
Cauções (fidelidade)	Quota parte
Engenharia	Proporcional
Incêndio (riscos simples)	Proporcional
Incêndio (condomínio)	Proporcional
Incêndio (estabelecimento & riscos industriais)	Proporcional
Incêndio (catástrofes naturais)	Excesso de perdas (XL)
Incêndio	Excesso de perdas (XL)
Responsabilidade civil geral	Excesso de perdas (XL)
Marítimo (cascos)	Proporcional
Marítimo (cascos-frotas)	Proporcional
Marítimo (mercadorias transportadas)	Proporcional
Marítimo	Excesso de perdas (XL)
Saúde	Quota parte
Assistência	Quota parte

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nos Resultados Antes de Impostos	
		2009	2008
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	-16 832	-18 500
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-13 409	-14 900
Longevidade	Descida de 10% na mortalidade dos actuais pensionistas de Acid. de Trabalho	-1 500	-1 600

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efectivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas pensões matemáticas do ramo acidentes de trabalho.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. Quando se conclui que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e as tabelas são actualizadas.

NATUREZA E EXTENSÃO DO RISCO DE MERCADO, RISCO DE CRÉDITO, RISCO DE LIQUIDEZ E RISCO OPERACIONAL

Risco de Mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adoptadas pela Tranquilidade, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pela Comissão Executiva;

- Validar, numa perspectiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno e aprovados pela Comissão Executiva;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respectivas tolerâncias definidos pela Comissão Executiva;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de activos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, controlo interno e *compliance*. Será igualmente monitorizada a gestão dos diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de acção à Comissão Executiva, quando tal se justificar.

Durante o ano de 2009 foi ainda aprofundada a coordenação entre o Comité Financeiro, responsável pela política de investimento e o Comité de Gestão de Risco Global.

Risco Cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de activos em moeda estrangeira e da existência de um mecanismo de cobertura que mitiga grande parte desse mesmo valor.

A análise de sensibilidade, por força do disposto anteriormente, resulta numa perda imaterial para a Companhia, descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2009	2008
Cambial	Desvalorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	-43	-3

Risco de Acções

O risco de acções decorre da volatilidade dos preços de mercado das acções e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia – bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos – e as participações da Companhia em outras empresas.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2009	2008
Acções	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-21 869	-19 200

Risco Imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. Os imóveis que são propriedade da Companhia representam mais de 97,5% dos activos expostos a este risco, sendo o restante proveniente de fundos de investimento imobiliário.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2009	2008
Imóveis	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-13 354	-13 200

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos activos encontra-se sobretudo nas obrigações, maioritariamente de taxa variável. Os passivos estão expostos através das pensões não obrigatoriamente remíveis de Acidentes de Trabalho, por força da realização de testes de adequação de responsabilidades.

O cenário de subida de taxas é o cenário que implica perda de valor para a Companhia. Face ao ano passado, em que o cenário que provocava essa perda era o cenário de descida de taxas de juro, importa salientar o seguinte:

- Do lado dos activos, existe uma maior exposição a obrigações de taxa fixa e com maturidades superiores às de 2008, aumentando a exposição dos activos a subidas de taxa de juro;
- Do lado dos passivos a constituição de um reforço provisional baseado numa taxa prudente, abaixo da taxa sem risco verificada à data, aumenta a protecção das provisões e diminui o impacto em passivos, a cenários de descida de taxa de juro.

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2009	2008
Taxa de Juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro		
	- Efeito nos activos	7 422	2 112
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro		
	- Efeito nos activos	-7 056	-2 072

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2009	2008
Taxa de Juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro		
	- Efeito nos passivos	-8 963	-11 300
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro		
	- Efeito nos passivos	-	9 201

Risco de Spread

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações corporate, existindo também em crédito estruturado. A exposição a derivados de crédito é imaterial.

Analisando a distribuição por rating dessa tipologia de obrigações, cerca de 73% da carteira exposta a este risco é composta por títulos de emitentes com rating igual ou superior a "A". Este mix não apresenta tendência em se deteriorar, por força da política de investimentos instituída na Tranquilidade.

Rating	2009		2008	
	%	Valor	%	Valor
AAA	4%	14 515	5%	14 715
AA	7%	24 547	14%	37 707
A	62%	210 019	51%	136 724
BBB	23%	78 355	24%	64 891
BB	3%	10 468	5%	12 420
B	1%	4 339	-	-
CCC	-	-	-	320
Unrated	-	-	1%	1 440
Total	100%	342 243	100%	268 217

Estes valores não incluem papel comercial e certificados de depósito, por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de Concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

Sector de Actividade	2009			2008		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	-	2 224	-25	-	1 094	-
Comunicações	7%	37 455	-	9%	39 740	-218
Bens consumíveis (cíclico)	1%	4 068	-	2%	11 212	-
Bens consumíveis (não-cíclico)	-	880	-38	-	1 001	-
Energia	1%	7 150	-81	1%	3 275	-
Financeiro	63%	350 562	-15 272	78%	356 065	-15 270
Fundos	3%	15 274	-812	1%	6 263	-216
Dívida pública	3%	14 278	-	-	-	-
Industrial	9%	49 609	-	2%	7 505	-
Medicina	7%	39 475	-	-	970	-
Tecnologia	-	1 355	-	-	-	-
Serviços públicos / colectivos	5%	25 939	-	3%	14 575	-
Outros	1%	7 515	-460	4%	20 367	-431
	100,0%	555 784	-16 688	100,0%	462 067	-16 135

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, Activos financeiros detidos para negociação, Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e Activos disponíveis para venda.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Para tal a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

A análise de maturidade dos activos e passivos financeiros, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

(milhares de euros)

2009	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Activos financeiros	465	92 576	1 534	172 714	167 995	305 524	740 808
Passivos financeiros						40 963	40 963
Líquido	465	92 576	1 534	172 714	167 995	264 561	699 845

(milhares de euros)

2008	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Activos financeiros	435	175 207	8 019	116 583	133 995	289 475	723 714
Passivos financeiros						47 703	47 703
Líquido	435	175 207	8 019	116 583	133 995	241 772	676 011

Risco de Crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

No que diz respeito à cobrança de prémios de seguros, a evolução dos montantes em dívida bem como a sua antiguidade é regularmente monitorizada.

Na selecção dos resseguradores e nos emitentes de valores mobiliários foram definidos níveis mínimos de *rating*, e existe um acompanhamento regular da evolução dos ratings das entidades em carteira.

Risco Operacional

Corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia. O risco legal também é considerado no risco operacional.

- Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e compliance.

Neste sentido, os riscos apresentados no Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um nível de detalhe superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adoptado compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objectivos, as principais actividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos produtos;
- Realização de testes de efectividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correcções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- A um primeiro nível, é representada pelas diferentes Direcções da Tranquilidade que são as áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de risco e respectivos controlos;
- Um segundo nível, representado pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno detém uma função de supervisão, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de gestão de risco, controlo interno e compliance.
- Um terceiro nível, representado pela Direcção Auditoria Interna e a Auditoria Externa, cabe uma função de auditoria independente no

âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras directas ou indirectas.

O Sistema de Controlo Interno na Tranquilidade encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma do ISP n.º 14/2005-R, de 29 de Novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição risco;
- Controlos;
- Avaliação dos controlos;
- Recomendações.

Para mitigação deste risco, durante o ano 2009, a Companhia procedeu ainda à formalização e implementação de uma Política Anti-fraude, através da qual se definiram os princípios e procedimentos que regem os mecanismos de prevenção e detecção de situações fraudulentas ou práticas criminosas, bem como os mecanismos de registo e cooperação com as autoridades policiais, judiciais ou demais autoridades públicas com responsabilidades nesta área.

Neste âmbito foi igualmente iniciada a criação de uma base de dados de perdas na qual são registados todos os eventos susceptíveis de originar uma perda para a Companhia, de modo a monitorizar o risco e permitir que sejam tomadas medidas correctivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes semelhantes no futuro.

SOLVÊNCIA

A Tranquilidade monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar n.º 6/2007-R de 27 de Abril, do ISP e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes:

	2009	2008
Elementos constitutivos do fundo de garantia	195 804	177 104
Margem de solvência a constituir	54 219	55 343
Resultado na óptica dos prémios	49 447	54 208
Resultado na óptica dos sinistros	48 742	50 763
Resultado limite do n.º 8 do artigo 97.º	54 219	55 343
Fundo de Garantia mínimo legal	3 500	3 200
Excesso/insuficiência da margem de solvência	141 585	121 761
Taxa de cobertura da margem de solvência	361%	320%

ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela seguradora, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

RÁCIOS DE ACTIVIDADE

Os principais rácios de actividade, brutos de resseguro, são como segue:

	(%)	
	2009	2008
a) Rácio de sinistralidade	64,5%	70,0%
b) Rácio de aquisição	21,2%	22,0%
c) Rácio administrativo	10,6%	10,0%
Rácio combinado	96,3%	102,0%

a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + outros custos - proveitos técnicos) / prémios adquiridos.
 b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / prémios brutos emitidos
 c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados) / prémios brutos emitidos

MONTANTES RECUPERÁVEIS DE SINISTROS

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efectuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Contas a receber	1 991	1 691
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-757	-640
Total líquido	1 234	1 051

Quanto à obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados) os montantes estão incluídos na rubrica seguinte e são como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Inventários	321	393

NOTA 5 - OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

(milhares de euros)

	2009	2008
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores	503	806
Valor de balanço	503	806

Os 10 milhares de euros registados em 2009, em Outros passivos financeiros – Outros dizem respeito a valores negativos de instrumentos financeiros derivados, que se encontram analisados na Nota 6.

NOTA 6 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Activos financeiros disponíveis para venda	367 027	308 353
Investimentos em filiais e associadas	165 497	133 006
Depósitos a prazo	84 892	119 315
Activos financeiros classificados ao justo		
valor através de ganhos e perdas	6 572	4 538
Activos financeiros detidos para negociação	-	35
Total participações e instrumentos financeiros	623 988	565 247

No Anexo 1 estão considerados 10 milhares de euros de instrumentos financeiros derivados com valor negativo que para efeitos de balanço são apresentados no passivo.

Os investimentos em filiais e associadas são alvo de exposição na Nota 7, e os restantes instrumentos financeiros são analisados ao longo da presente Nota 6.

ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR POR GANHOS E PERDAS

Encontram-se classificados nesta rubrica títulos que a Companhia designou, como consequência da aplicação do IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de activos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	-
De outros emissores	6 572	4 538
Acções	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Valor de balanço	6 572	4 538
Valor de aquisição	7 985	4 690

A Companhia possuiu nesta tipologia em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 instrumentos financeiros compostos, com derivados embutidos, em títulos de rendimento fixo, com segue:

(milhares de euros)

Tipo de Risco	Valor de Balanço	
	2009	2008
Crédito estruturado	6 560	4 526
Derivado de crédito	12	12
	6 572	4 538

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta tipologia de activo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	13 278	-
De outros emissores	322 393	286 337
Acções	16 894	15 970
Outros títulos de rendimento variável	14 462	6 046
Valor de balanço	367 027	308 353

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado ou de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	323 005	-22 349	-14 319	286 337
Acções	11 145	6 456	-1 631	15 970
Outros títulos de rendimento variável	6 942	-711	-185	6 046
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	341 092	-16 604	-16 135	308 353
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	13 441	-163	-	13 278
De outros emissores	349 977	-14 235	-13 349	322 393
Acções	11 405	7 536	-2 047	16 894
Outros títulos de rendimento variável	15 048	226	-812	14 462
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	389 871	-6 636	-16 208	367 027

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	16 135	977
Dotações do exercício	1 581	15 602
Anulações do exercício por venda de activos	-458	-444
Reversões do exercício	-1 050	-
Saldo em 31 de Dezembro	16 208	16 135

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respectivas categorias são como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	970	-14 318
Acções e outros títulos de rendimento variável	-1 501	-1 284
	-531	-15 602

ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

O saldo desta tipologia de activos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2009		2008	
	Justo Valor	Valor Nocial	Justo Valor	Valor Nocial
Contratos <i>Forward</i>	-10	530	35	480

Os investimentos realizados pela Companhia são predominantemente em euros, detendo contudo na sua carteira algumas operações expressas em outras moedas.

Desta forma, e sempre mediante autorização do seu Comité Financeiro, a Companhia efectuou alguns contratos de cobertura cambial para os respectivos investimentos em divisas.

Esses contratos de cobertura cambial, apesar de não realizarem uma cobertura perfeita, tentam cobrir o risco cambial do capital e do juro, através de sucessivas renovações ao longo do ano, utilizando para tal os mecanismos de *swap* e *forward*.

Dado que estes contratos apresentam em 2009 um justo valor negativo, o mesmo é apresentado no Passivo, em Outros passivos financeiros – Outros.

OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia detém ainda outros activos conforme segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Empréstimos concedidos	28 850	45 336
Depósitos junto de empresas cedentes	1	1
Outros	2 514	3 219
Total de outros activos financeiros	31 365	48 556

O montante de empréstimos diz respeito a prestações acessórias e outros empréstimos ou suprimentos concedidos, conforme segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Prestações acessórias - T-Vida	20 000	37 500
Prestações acessórias - Logo	3 900	-
Prestações acessórias - Advancecare	-	2 548
Prestações acessórias - Europ Assistance	1 080	-
Suprimentos - ES Saúde	1 250	2 500
Suprimentos - Contact center	277	277
Suprimentos - Esumédica	262	262
Suprimentos - Quinta dos Cónegos	-	153
Empréstimos a colaboradores	2 081	2 096
Total de empréstimos concedidos	28 850	45 336

JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS REGISTADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2009		2008	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8 150	8 150	23 586	23 586
Empréstimos e contas a receber	116 257	116 257	167 871	167 871
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	77 305	77 305	86 325	86 325
ACTIVOS FINANCEIROS				
AO CUSTO AMORTIZADO	201 712	201 712	277 782	277 782
Outros passivos financeiros	503	503	806	806
Outros credores por operações de seguros e outras operações	40 450	40 450	46 897	46 897
PASSIVOS FINANCEIROS				
AO CUSTO AMORTIZADO	40 953	40 953	47 703	47 703

Tendo em conta que estes activos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data do balanço.

METODOLOGIAS DE VALORIZAÇÃO

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS7 é analisado como segue:

(milhares de euros)

2009	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Total
Títulos e unidades de participação	14 462	-	-	-	14 462
Acções e outros títulos de rendimento variável	2 753	-	179 637	-	182 390
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	250 399	91 845	-	-	342 244
Derivados	-	-	-	-	-
Total	267 614	91 845	179 637	-	539 096

2008	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Total
Títulos e unidades de participação	6 047	-	-	-	6 047
Acções e outros títulos de rendimento variável	2 775	-	146 201	-	148 976
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	184 378	83 838	-	22 658	290 874
Derivados	-	-	35	-	35
Total	193 200	83 838	146 236	22 658	445 932

Os níveis representam a seguinte descrição:

Nível 1:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Nível 4:

Instrumentos financeiros valorizados a custo de aquisição

NOTA 7 - INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Na apresentação das suas demonstrações financeiras individuais a Tranquilidade detém o seguinte conjunto de investimentos:

NOME DA EMPRESA / SEDE	Classificação	Método Valorização	Participação (%)			Dados Financeiros 2009			
			Directa	Direito de Voto	Efectiva	Activo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. Av. da Liberdade, 230, 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	100,00	100,00	100,00	868 460	787 393	81 067	5 266
Seguros Logo, S.A. R. D. Manuel II, 290, 4050-344 Porto (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	100,00	100,00	100,00	20 278	14 713	5 565	-7 517
Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A. Av. da Liberdade, 49 a 57, 1º, 1250-139 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	51,00	51,00	51,00	10 822	3 048	7 774	2 845
Espírito Santo Contact Center, S.A. Av. Infante D. Henrique, 343 - C, 1800-218 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	56,30	56,30	56,30	9 011	7 191	1 820	-14
Esumédica–Prestação de Serviços Médicos, S.A. Av. da Liberdade, 242, 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	75,00	75,00	75,00	1 289	2 926	-1 637	-663
Fiduprivate, S.A. Rua Dr. Brito Câmara, 7, 9000-039 Funchal (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	75,00	75,00	75,00	72	294	-222	-455
BES, Companhia de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 8º, 1070-061 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	Justo Valor	25,00	25,00	25,00	127 483	100 695	26 788	5 427
Europ Assistance, S.A. Av. Álvares Cabral, 41 - 3º e 4º, 1250-015 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	Justo Valor	24,00	24,00	24,00	41 694	27 050	14 644	1 881

Os dados financeiros referem-se a 31 de Dezembro de 2009, excepto a Fiduprivate onde os mesmos dizem respeito a 30 de Junho de 2009.

Os investimentos em 31 de Dezembro de 2009 apresentam a seguinte segregação por empresa e composição do valor de balanço:

(milhares de euros)

	Valor de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Advancecare	486	25 060	-	25 546
Bes Seguros	3 759	17 866	-	21 625
ES Contact Center	1 846	462	-	2 308
Esumédica	445	2 105	-	2 550
Europ Assistance	1 757	2 611	-	4 368
Fiduprivate	480	-	-480	-
LOGO	20 000	-	-	20 000
T-Vida	77 489	11 611	-	89 100
	106 262	59 715	-480	165 497

As alterações aos valores das participações ao longo de 2009 foram como segue:

(milhares de euros)

	Valor de Balanço Inicial	Aquisições, Aumentos de Capital e Alienações	Imparidade	Reserva de Justo Valor	Valor de Balanço Final
Advancecare	24 169	-	-	1 377	25 546
Bes Seguros	20 325	-	-	1 300	21 625
ES Contact Center	3 048	-	-	-740	2 308
Esumédica	712	-	-	1 838	2 550
Europ Assistance	4 272	-	-	96	4 368
Fiduprivate	480	-	-480	-	-
LOGO	20 000	-	-	-	20 000
T-Vida	60 000	12 489	-	16 611	89 100
	133 006	12 489	-480	20 482	165 497

Em Dezembro de 2009 a Tranquilidade realizou na totalidade o aumento de capital referente à T-Vida no valor de 12 489 milhares de euros.

O movimento ocorrido em 2009 relativo a imparidade encontra-se incluído em Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, justificando-se pelo processo de descontinuação da operação em causa.

NOTA 8 - CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Caixa	465	435
Depósitos em instituições de crédito	7 685	23 151
Total	8 150	23 586

NOTA 9 - TERRENOS E EDIFÍCIOS

A valorização do património imobiliário é efectuada pelo modelo do custo nos imóveis de serviço próprio e pelo modelo de justo valor nos imóveis de rendimento. Independentemente do modelo de valorimetria são efectuadas avaliações de forma regular a todos os imóveis.

Estas avaliações são efectuadas através da ponderação combinada dos métodos de avaliação “Comparativo de Mercado” e “Rendimento”, e os valores respectivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para efeitos de teste de imparidade nos activos tangíveis (imóveis de serviço próprio).

O método comparativo de mercado é sempre utilizado, sendo o mesmo suportado em evidências de mercado, onde é efectuada uma prospecção de mercado de imóveis que sejam comparáveis ao imóvel objecto de avaliação, fundamentando-se os valores pela análise de transacções de propriedades análogas.

Os imóveis são classificados como de uso próprio na medida em que façam da actividade operacional da empresa e de rendimento nos casos restantes. Existem alguns que, pelo seu uso ser repartido merecem a classificação de mistos, sendo cada parte analisada e valorizada separadamente.

Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

Modelo de justo valor

Os saldos e os movimentos ocorridos nos Imóveis de Rendimento em ambos os exercícios podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Propriedades de investimento - Edifícios de Rendimento	2009	2008
Saldo líquido a 1 de Janeiro	86 942	82 904
Adições por aquisição	-	2 951
Adições por beneficiações	151	436
Transferências	18	-144
Abates/ vendas	-	-115
Variações justo valor	981	910
Saldo líquido a 31 de Dezembro	88 092	86 942

As quantias reconhecidas em resultados relativas a rendimentos e custos com propriedades de investimento, são como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Rendimentos de rendas	2 453	2 559
Custos operacionais	430	439
- em imóveis que geraram rendimentos de rendas	404	415
- em imóveis que não geraram rendimentos de rendas	26	24

Modelo do custo

O saldo das rubricas de Imóveis de Serviço Próprio é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Valor bruto	46 268	45 029
Amortizações e imparidades acumuladas	-6 029	-5 310
Saldo líquido a 31 de Dezembro	40 239	39 719

O movimento ocorrido nos Imóveis de Serviço Próprio em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
Activos Tangíveis - Edifícios de Serviço Próprio	2009	2008
Saldo líquido a 1 de Janeiro	39 719	44 337
Adições por aquisição	-	-
Adições por beneficiações	557	828
Transferências	682	-4
Abates / Vendas	-	-5 629
Imparidades - [(Dotação) / Utilização]	-	903
Amortizações do exercício	-719	-716
Saldo líquido a 31 de Dezembro	40 239	39 719

NOTA 10 - OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

Para além dos imóveis de serviço próprio referidos no ponto anterior, a Companhia possui outros activos tangíveis valorizados ao modelo do custo e que são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Equipamento	38 903	37 520
Equipamento administrativo	4 576	4 410
Máquinas e ferramentas	1 570	1 353
Equipamento Informático	29 530	28 871
Instalações interiores	1 917	1 697
Despesas edifícios arrendados	344	223
Material transporte	523	523
Outras imobilizações corpóreas	443	443
Imobilizado em curso	573	262
Amortizações acumuladas	-36 066	-34 416
Imparidades	-	-
Activo Líquido	3 410	3 366

Os movimentos ocorridos nesta rubrica são analisados como segue:

	(milhares de euros)		
	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2008	3 974	-	3 974
Adições	1 846	262	2 108
Transferências	-99	-	-99
Amortizações do exercício	-2 541	-	-2 541
Abates/Vendas	-76	-	-76
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	3 104	262	3 366
Adições	1 767	1 200	2 967
Transferências	-202	-889	-1 091
Amortizações do exercício	-1 813	-	-1 813
Abates/Vendas	-19	-	-19
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	2 837	573	3 410

De referir ainda a existência de outros activos, fundamentalmente relacionados com situações de salvados e que representam em 2009, 323 milhares de euros (2008: 396 milhares de euros).

NOTA 11- AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

A indicação de quais os activos afectos e não afectos às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 são como segue:

	(milhares de euros)		
	2009		
	Seguros Não Vida	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	4 806	3 344	8 150
Terrenos e edifícios	128 331	-	128 331
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	160 639	4 858	165 497
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	6 572	-	6 572
Derivados de cobertura	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	362 435	4 592	367 027
Empréstimos concedidos e contas a receber	111 982	4 275	116 257
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	3 410	3 410
Outros activos	-	183 035	183 035
Total	774 765	203 514	978 279

	(milhares de euros)		
	2008		
	Seguros Não Vida	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	19 933	3 653	23 586
Terrenos e edifícios	126 661	-	126 661
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	128 766	4 240	133 006
Activos financeiros detidos para negociação	35	-	35
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	4 538	-	4 538
Derivados de cobertura	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	300 295	8 058	308 353
Empréstimos concedidos e contas a receber	162 837	5 034	167 871
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	3 366	3 366
Outros activos	-	188 769	188 769
Total	743 065	213 120	956 185

NOTA 12 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Todos os activos intangíveis são valorizados ao método do custo, não se registando casos de activos gerados internamente. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e 3 anos para o *software*, sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O *Goodwill* representa a diferença positiva entre o custo de aquisição da Companhia de Seguros ESIA e o justo valor atribuível dos respectivos activos líquidos adquiridos e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais, sendo que o valor recuperável não revela a existência de sinais de imparidade.

O saldo das rubricas de *Goodwill* e Outros intangíveis é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Goodwill	25 785	25 785
Outros intangíveis	47 029	40 853
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	34 776	30 701
Software	9 383	8 276
Intangíveis em curso	2 870	1 876
Amortizações acumuladas	-33 090	-27 650
Imparidades	-	-
Activo Líquido	39 724	38 988

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)					
	<i>Goodwill</i>	Outros Intangíveis	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	<i>Software</i>	Intangível em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2008	25 785	12 607	9 467	1 171	1 969	38 392
Adições		6 125	1 633	1 177	3 315	6 125
Amortizações do exercício		-5 529	-5 214	-315	-	-5 529
Imparidades		-	-	-	-	-
Transferências		-	3 408	-	-3 408	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	25 785	13 203	9 294	2 033	1 876	38 988
Adições		6 176	485	1 107	4 584	6 176
Amortizações do exercício		-5 440	-4 787	-653	-	-5 440
Imparidades		-	-	-	-	-
Transferências		-	3 590	-	-3 590	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	25 785	13 939	8 582	2 487	2 870	39 724

As amortizações de activos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Amortizações do exercício de activos intangíveis	5 440	5 529
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - Montantes brutos	1 349	1 389
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	2 836	2 969
Gastos administrativos	1 249	1 169
Gastos financeiros		
Outros	7	2

NOTA 13 – OUTROS ACTIVOS, PASSIVOS, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

Activos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro directo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Activo bruto	58 228	55 312
Tomadores de seguro		
- recibos por cobrar	49 283	47 483
- reembolsos de sinistros	5 145	4 400
Mediadores de seguro	415	328
Co-seguradoras	3 385	3 101
Ajustamentos	-5 783	-5 356
Recibos por cobrar	-4 973	-4 645
Créditos de cobrança duvidosa	-810	-711
Activo líquido	52 445	49 956

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efectuadas em consequência de sinistros ocorridos durante o período de suspensão de garantias e ainda não recebidos são no montante de 1 991 milhares de euros (2008: 1 691 milhares de euros).

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Activo bruto	5 436	6 552
Resseguradores	5 126	6 024
Ressegurados	310	528
Ajustamentos	-244	-238
Créditos de cobrança duvidosa	-244	-238
Activo líquido	5 192	6 314

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Activo bruto	20 511	30 608
Entidades relacionadas	534	1 791
Operações imobiliárias	1 001	11 024
IFADAP	5 278	4 965
FAT	892	3 884
Gestão por conta IDS e representadas	3 557	2 135
Cauções	1 315	1 291
Rendas e outros valores à cobrança	966	448
Pessoal	498	440
Outros valores a receber	6 470	4 630
Ajustamentos	-843	-553
Créditos de cobrança duvidosa	-843	-553
Activo líquido	19 668	30 055

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e reflectido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Ajustamento de recibos por cobrar		
Saldo em 1 de Janeiro	4 645	6 582
Dotações do exercício	328	-
Utilizações do exercício	-	-1 937
Saldo em 31 de Dezembro	4 973	4 645
Ajustamento de créditos de cobrança duvidosa		
Saldo em 1 de Janeiro	1 502	1 871
Dotações do exercício	395	107
Utilizações do exercício	-	-476
Saldo em 31 de Dezembro	1 897	1 502

O saldo do activo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Acréscimos de rendimentos	1 295	1 772
- Profit commission de resseguro	895	995
- Prestações de serviços	400	777
Gastos diferidos	548	158
- Seguros	280	142
- Rendas	10	16
- Gastos de aquisição	258	-
Total	1 843	1 930

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro directo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	5 402	4 510
Mediadores de seguros		
- Comissões a pagar	4 123	4 118
- Contas correntes	2 833	2 128
Co-seguradoras	8 721	9 439
Total	21 079	20 195

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Resseguradores	11 263	10 860
Ressegurados	10	10
Total	11 273	10 870

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Entidades relacionadas	334	318
Fornecedores de bens em <i>leasing</i>	2 600	3 091
FAT	-	3 021
Operações de investimentos por regularizar	4	2 700
IFADAP	884	763
Pensões AT	1 410	1 189
Outros valores a pagar	1 871	1 985
Total	8 098	15 832

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Rendimentos diferidos	239	233
- Rendas	239	233
Acréscimo de custos	17 558	18 444
- Custos c/ pessoal (subsídios, encargos e bónus)	7 114	6 515
- Custos de aquisição (incentivos e comissões)	3 950	6 138
- Fornecimentos e serviços externos	6 143	5 448
- Impostos	351	343
Total	17 797	18 677

O saldo do Passivo de Outras provisões e os respectivos movimentos são decompostos como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Impostos	1 478	884
Responsabilidade com obras coercivas	250	250
Processos em contencioso de representadas	100	100
Total	1 828	1 234

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	1 234	667
Dotações do exercício	594	567
Utilizações do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	1 828	1 234

A variação de Outras provisões é exclusivamente explicada pela variação da componente de impostos relativa a juros compensatórios a pagar no caso de uma decisão desfavorável relativamente à utilização de deduções fiscais no apuramento de IRC de 2006, 2007 e 2008, referentes a prejuízos fiscais de uma fusão empresarial e ao reinvestimento de mais-valias fiscais resultantes da venda de uma participação financeira.

NOTA 14 - PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro directo e resseguro aceite, são analisados como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	(milhares de euros)					
	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Acidentes e Doença	97 048	100 050	274	-192	96 774	100 242
Incêndio e Outros Danos	59 401	59 296	-290	4	59 691	59 292
Automóvel	131 270	148 123	-5 118	-11 462	136 388	159 585
Marítimo, Aéreo e Transportes	7 193	8 640	-416	-142	7 609	8 782
Responsabilidade Civil Geral	9 947	10 446	8	-184	9 939	10 630
Crédito e Caução	106	120	-10	-63	116	183
Protecção Jurídica	20	22	-1	-2	21	24
Assistência	7 961	8 721	-292	-815	8 253	9 536
Diversos	1 866	1 726	68	60	1 798	1 666
Total	314 812	337 144	-5 777	-12 796	320 589	349 940

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Acidentes e Doença	3 020	1 974	25	-29	2 995	2 003
Incêndio e Outros Danos	22 516	22 057	383	241	22 133	21 816
Automóvel	1 600	1 808	-	-	1 600	1 808
Marítimo, Aéreo e Transportes	3 692	4 578	-361	-219	4 053	4 797
Responsabilidade Civil Geral	1 713	1 690	-12	44	1 725	1 646
Crédito e Caução	68	72	-4	-60	72	132
Protecção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	8 966	7 906	408	-532	8 558	8 438
Diversos	1 641	1 613	69	90	1 572	1 523
Total	43 216	41 698	508	-465	42 708	42 163

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida e resseguro aceite de 2009, analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e Doença	97 048	96 766	63 689	27 487	-833
Incêndio e Outros Danos	59 297	59 596	32 042	21 436	-9 307
Automóvel	-	-	-	-	-
- Responsabilidade Civil	87 387	92 695	56 816	26 718	-1 247
- Outras Coberturas	37 798	38 442	35 474	13 966	-470
Marítimo, Aéreo e Transportes	7 193	7 609	7 223	2 140	2 038
Responsabilidade Civil Geral	9 936	9 931	4 655	4 205	-91
Crédito e Caução	106	116	223	39	-52
Protecção Jurídica	20	21	35	11	-
Assistência	7 961	8 254	-	1 513	-8 557
Diversos	1 832	1 767	205	434	-792
Total	308 578	315 197	200 362	97 949	-19 311
Resseguro Aceite	6 234	5 392	5 055	1 915	447
Total Geral	314 812	320 589	205 417	99 864	-18 864

NOTA 16 - RENDIMENTOS/ RÉDITOS E GASTOS DE INVESTIMENTOS

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3.

O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Juros	12 874	22 185
Activos financeiros disponíveis para venda	8 919	16 852
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	115	536
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
Depósitos, empréstimos e outros activos	3 840	4 797
Rendas	2 453	2 559
Terrenos e edifícios	2 453	2 559
Dividendos	2 991	4 707
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1 943	2 870
Activos financeiros disponíveis para venda	1 048	1 837
Total	18 318	29 451

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de activo é como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	453	1 039
De outros emissores	8 581	16 349
Acções	2 836	4 411
Outros títulos de rendimento variável	155	296
Imóveis	2 453	2 559
Depósitos	3 733	4 607
Empréstimos e outros activos	107	190
Total	18 318	29 451

O saldo da rubrica de Gastos financeiros, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Custos imputados à função investimentos	1 416	1 548
Custos directos de funcionamento	565	558
Total	1 981	2 106

NOTA 17 - GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

As quantias registadas em ganhos líquidos de activos e passivos financeiros e não financeiros, segregadas pelas respectivas categorias são como segue:

(milhares de euros)

	2009			2008		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Não ao justo valor por resultados	7 238	-3 702	3 536	30 194	-14 631	15 563
Activos financeiros disponíveis para venda	7 238	-3 549	3 689	30 194	-14 631	15 563
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	-153	-153	-	-	-
Financeiros - Ao justo valor por resultados	1	-196	-195	81	-593	-512
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	1	-196	-195	81	-593	-512
Não Financeiros	-	-	-	434	-544	-110
Terrenos e edifícios - Uso próprio	-	-	-	359	-544	-185
Terrenos e edifícios - Rendimento	-	-	-	75	-	75
Total	7 239	-3 898	3 341	30 709	-15 768	14 941

NOTA 18 - GANHOS E PERDAS DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2009			2008		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Ao justo valor	-	-1 255	-1 255	460	-	460
Activos detidos para negociação						
- Derivados	-	-	-	35	-	35
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas						
- Títulos de dívida	-	-1 255	-1 255	425	-	425
Não Financeiros	4 296	-3 315	981	4 768	-3 858	910
Terrenos e edifícios - Rendimento	4 296	-3 315	981	4 768	-3 858	910
Total	4 296	-4 570	-274	5 228	-3 858	1 370

NOTA 19 - GANHOS E PERDAS EM DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, excepto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2009			2008		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Activos financeiros disponíveis para venda	51	-61	-10	74	-62	12
Activos financeiros detidos para negociação	19	-23	-4	60	-70	-10
Outros	8	-15	-7	1	-1	-
Total	78	-99	-21	135	-133	2

NOTA 20 - OUTROS RENDIMENTOS, GASTOS E VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Outros rendimentos técnicos	855	1 294
Comissões de gestão de co-seguro	204	257
Taxas de gestão de sinistros	43	110
Remuneração por serviços - IFADAP	7	7
Gestão por conta de sinistros	601	920
Outros gastos técnicos	1 430	1 953
Comissões de gestão de co-seguro	278	70
Gestão por conta de sinistros	1 152	1 883
Valor do ganhos e perdas	-575	-659

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Outros rendimentos não técnicos	5 819	4 740
Restituição de impostos	878	458
Correcções e acertos	429	316
Outros ganhos	2 308	3 317
Juros e outros ganhos financeiros	271	221
Serviços prestados	532	397
Ganhos por alienação de activos tangíveis	3	31
Serviços para a própria empresa	1 398	-
Outros gastos não técnicos	6 162	5 326
Donativos	126	92
Mecenato	288	273
Ofertas a clientes	312	274
Multas	13	32
Quotizações	13	93
Rescisões contratuais	2 105	1 668
Dívidas incobráveis	29	114
Correcções e acertos	710	1 548
Outros gastos	2 447	1 088
Serviços bancários e juros de mora	119	144
Valor do ganhos e perdas	-343	-586

NOTA 21 - GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da seguradora, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos de administrativos
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afectas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

(milhares de euros) (%)

2009	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	6 808	18%	14 528	38%	16 086	43%	361	1%	37 783	100%
Fornecimentos e serviços externos	4 146	17%	9 217	39%	10 133	42%	437	2%	23 933	100%
Impostos	-	-	-	-	2 297	100%	-	-	2 297	100%
Amortizações	1 676	21%	3 719	47%	2 324	29%	253	3%	7 972	100%
Provisão para riscos e encargos	-	-	-	-	594	100%	-	-	594	100%
Outros custos	24	5%	52	11%	21	5%	365	79%	462	100%
Total	12 654	17%	27 516	38%	31 455	43%	1 416	2%	73 041	100%

(milhares de euros) (%)

2008	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	7 238	19%	15 726	41%	15 065	39%	357	1%	38 386	100%
Fornecimentos e serviços externos	4 712	19%	9 912	39%	10 345	41%	321	1%	25 290	100%
Impostos	-	-	-	-	2 931	100%	-	-	2 931	100%
Amortizações	1 843	21%	4 111	47%	2 584	29%	248	3%	8 786	100%
Provisão para riscos e encargos	-	-	-	-	567	100%	-	-	567	100%
Outros custos	48	6%	103	13%	44	5%	622	76%	817	100%
Total	13 841	18%	29 852	39%	31 536	41%	1 548	2%	76 777	100%

O montante das Custos com o pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Electricidade e Água	459	504
Combustíveis	289	346
Material de escritório, impressos e outros	205	204
Artigos para oferta	304	212
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	300	301
Manutenção de equipamento informático	1 278	1 590
Rendas	1 314	802
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	1 385	1 182
Despesas de deslocação e representação	1 180	1 269
Comunicações telefónicas e redes	1 296	1 989
Correios	1 728	2 021
Seguros	131	153
Avenças e honorários	569	531
Publicidade e marketing	1 899	1 960
Limpeza, higiene e conforto	482	439
Vigilância e segurança	284	283
Outsourcing, consultadorias e trabalhos especializados	6 863	7 272
Serviços e desenvolvimentos informáticos	1 660	2 165
Quotizações APS	237	267
Cobrança de prémios	674	707
Formação de mediadores	418	343
Trabalho temporário	225	285
Outros serviços e fornecimentos diversos	753	465
Total	23 933	25 290

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Iva suportado	231	217
Taxa para o ISP	745	766
Taxa para o FAT	673	681
Taxa para o FGA	-	598
Imposto municipal sobre imóveis	52	50
Taxa para o Governos Cívicos	480	504
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	74	62
Outros impostos, taxas e licenças	42	53
Total	2 297	2 931

O montante dos Amortizações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	4 787	5 214
Software	653	315
Equipamento informático	150	136
Imóveis de uso próprio	719	716
Equipamento administrativo e máquinas	307	277
Instalações interiores	279	522
Locação financeira	1 033	1 569
Outro equipamento	44	37
Total	7 972	8 786

O montante da Provisão para riscos e encargos e Outros custos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Provisão para impostos	594	567
Juros de depósitos de resseguradores	20	60
Juros de locação financeira	98	197
Comissões de guarda, gestão títulos e outros comissões	344	560
Total	1 056	1 384

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	31 200	33 348
Custos imputados	27 516	29 852
Outros custos de aquisição	6 580	8 611
Custos de aquisição diferidos (variação)	1 345	2 508
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	1 769	2 045
Custos imputados	31 455	31 536
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-8 597	-8 394
Total	91 268	99 506

NOTA 22 - GASTOS COM PESSOAL

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2009	2008
Direcção	62	61
Quadro Técnico	175	191
Quadro Técnico-Administrativo	301	341
Quadro Comercial	139	153
Quadro Informático	30	32
Quadro de Apoio Geral	6	8
Quadro de Electricistas	1	1
Total	714	787

Estes quantitativos devem ser complementados com 4 colaboradores afectos à sucursal de Espanha. O montante das despesas com o pessoal são discriminadas como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Remunerações - Órgãos Sociais	1 846	1 793
Remunerações - Pessoal	26 531	27 317
Encargos sobre remunerações - Órgãos Sociais	138	123
Encargos sobre remunerações - Pessoal	5 576	5 730
Benefícios pós-emprego - Planos de pensões de benefícios definidos	1 857	1 615
Seguros obrigatórios	729	746
Gastos de acção social	864	837
Formação	169	147
Outros gastos com pessoal	73	78
Total	37 783	38 386

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 não existiam créditos concedidos pela companhia aos membros dos órgãos sociais.

Dando cumprimento à Lei 28/2009, de 19 de Junho, as remunerações pagas individualmente aos membros dos órgãos sociais de administração e supervisão, em 2009, foram as seguintes:

(milhares de euros)	
	Total Anual
Comissão Executiva	1 138
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Presidente)	215
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso	226
António Miguel Natário Rio-Tinto	264
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno	226
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente	207
Conselho de Administração	587
Rui Manuel Leão Martinho (Presidente)	88
Eduardo Antunes Stock	199
Miguel Luís Kolback da Veiga	50
António José Baptista do Souto	50
Manrico Iachia	50
António Manuel Rodrigues Marques	150
Conselho Fiscal	55
José Manuel Ruivo da Pena (Presidente)	21
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira	17
António Ricardo Espírito Santo Bustorff	17
Total	1 780

Os restantes membros dos órgãos sociais da Companhia exercem funções não remuneradas.

NOTA 23 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na Nota 3, a Tranquilidade estabeleceu planos de benefícios definidos para os seus colaboradores e Administradores, estando abrangidos quer por pré-reforma, por morte, velhice e invalidez. Existe também um plano que abrange um conjunto de benefícios de saúde para os colaboradores no activo e pré-reformados até à idade normal de reforma.

A avaliação actuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde na Tranquilidade é efectuada anualmente, tendo a última sido efectuada com data de referência a 31 de Dezembro de 2009.

Os principais pressupostos considerados nos estudos actuariais, para 31 de Dezembro de 2009 e 2008, utilizados para determinar o valor actualizado das pensões e benefícios de saúde para os colaboradores são as seguintes:

	2009	2008
Pressupostos financeiros		
Taxas de evolução salarial	3,25% - 3,75% (*)	3,5% - 4% (*)
Taxa de crescimento das pensões	0,75% - 3,75% (*)	1,25% - 4% (*)
Taxas de rendimento do fundo	5,19% - 4,74% (*)	6% - 5,7% (*)
Taxa de crescimento dos custos médicos	5,00%	5,00%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	2,25%	2,50%
Taxa de desconto	5,50%	5,75%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

* Relativo a responsabilidades com administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de rating elevado.

O efeito das variações, positiva e negativa, de um ponto percentual na taxa de crescimento dos custos médicos, no agregado do custo do serviço corrente e de juros, bem como na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)				
	2009		2008	
	+1p.p.	-1p.p.	+1p.p.	-1p.p.
No agregado do custo do serviço corrente e do custo dos juros do exercício	1	-1	1	-1
Na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego	19	-19	18	-18

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Activos	393	440
Reformados	233	220
	626	660

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2009			2008		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Activos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de Dezembro	-45 323	-751	-46 074	-44 250	-705	-44 955
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	45 010	-	45 010	43 087	-	43 087
Activos/ (passivos) a receber/entregar ao fundo	-313	-751	-1 064	-1 163	-705	-1 868
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	14 312	276	14 588	14 534	145	14 679
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	13 999	-475	13 524	13 371	-560	12 811

Adicionalmente, a Tranquilidade transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 441 (2008: 476), e o valor total da responsabilidade ascende a 15 306 milhares de euros (2008: 16 073 milhares de euros).

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2009			2008		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	44 250	705	44 955	51 346	534	51 880
Custo do serviço corrente	1 173	3	1 176	1 335	4	1 339
Custo dos juros	2 404	37	2 441	2 632	25	2 657
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	1 700	136	1 836	-3 242	260	-2 982
Pensões pagas pelo fundo	-4 164	-	-4 164	-4 303	-	-4 303
Benefícios pagos pela Companhia	-40	-130	-170	-37	-118	-155
Transferências de outros fundos	-	-	-	-3 481	-	-3 481
Responsabilidades em 31 de Dezembro	45 323	751	46 074	44 250	705	44 955

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2009			2008		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	43 087	-	43 087	47 311	-	47 311
Rendimento real do fundo						
Rendimento esperado do fundo	2 374	-	2 374	2 742	-	2 742
Ganhos e perdas actuariais	1 313	-	1 313	-6 189	-	-6 189
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	2 400	-	2 400	7 007	-	7 007
Pensões pagas pelo fundo	-4 164	-	-4 164	-4 303	-	-4 303
Transferências de outros fundos	-	-	-	-3 481	-	-3 481
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	45 010	-	45 010	43 087	-	43 087

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2009			2008		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	14 534	145	14 679	11 952	-119	11 833
(Ganhos) e perdas actuariais						
- nas responsabilidades	1 700	136	1 836	-3 242	260	-2 982
- nos activos do plano	-1 313	-	-1 313	6 189	-	6 189
Amortização do exercício	-609	-5	-614	-365	4	-361
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	14 312	276	14 588	14 534	145	14 679

A evolução dos activos a receber/passivos a entregar durante 2009 e 2008, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2009			2008		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro	1 163	705	1 868	4 035	534	4 569
Ganhos e perdas actuarias das responsabilidades	1 700	136	1 836	-3 242	260	-2 982
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	-1 313	-	-1 313	6 189	-	6 189
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	1 173	3	1 176	1 335	4	1 339
- Custo dos juros	2 404	37	2 441	2 632	25	2 657
- Rendimento esperado do fundo	-2 374	-	-2 374	-2 742	-	-2 742
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	-2 440	-130	-2 570	-7 044	-118	-7 162
(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro	313	751	1 064	1 163	705	1 868

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2009			2008		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Custo do serviço corrente	1 173	3	1 176	1 335	4	1 339
Custo dos juros	2 404	37	2 441	2 632	25	2 657
Rendimento esperado do fundo	-2 374	-	-2 374	-2 742	-	-2 742
Amortização do exercício	609	5	614	365	-4	361
Custos do exercício	1 812	45	1 857	1 590	25	1 615

A evolução dos activos/ (responsabilidades) em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2009			2008		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Em 1 de Janeiro	13 371	-560	12 811	7 917	-653	7 264
Custo do exercício	-1 812	-45	-1 857	-1 590	-25	-1 615
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	2 440	130	2 570	7 044	118	7 162
Em 31 de Dezembro	13 999	-475	13 524	13 371	-560	12 811

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Terrenos e edifícios	8 096	8 191
Acções e outros títulos de rendimento variável	17 978	15 161
Títulos de rendimento fixo	34 080	25 946
Depósitos em instituições de crédito	2 133	8 983
Devedores e credores do fundo	-565	22
Juros a receber	441	758
	62 163	59 061

Os valores de activos acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade + BES-Vida, do qual a associada Tranquilidade representa cerca de 72,4% (2008: 73,0%) do total do fundo.

A evolução das responsabilidades e saldos dos fundos nos últimos 5 anos é como segue:

(milhares de euros)

	2009		2008		2007		2006		2005	
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde								
Responsabilidades	-45 323	-751	-44 250	-705	-51 346	-534	-52 346	-586	-44 134	-773
Saldo dos fundos	45 010	-	43 087	-	47 311	-	46 120	-	45 630	-
Responsabilidades (sub)/ sobre financiadas	-313	-751	-1 163	-705	-4 035	-534	-6 226	-586	1 496	-773
(Ganhos)/ perdas actuariais não reconhecidos	14 312	276	14 534	145	11 952	-119	9 116	-147	10 925	-30
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	13 999	-475	13 371	-560	7 917	-653	2 890	-733	12 421	-803

NOTA 24 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2009 e 2008 foi apurado com base numa taxa nominal de imposto e derrama de cerca de 26,44%, a qual corresponde à taxa nominal aprovada à data do balanço.

A companhia tem sido objecto de inspecções anuais pela DGCI, cujo último relatório se refere ao exercício de 2007, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues em exercícios anteriores.

As declarações de autoliquidação da Seguradora, relativas aos exercícios de 2006 e seguintes ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Por se encontrarem pendentes de aceitação por parte da Administração Fiscal, as seguintes situações de benefícios fiscais, não foram ainda consideradas para efeitos contabilísticos de estimativa de imposto a pagar:

- Reporte fiscal de fusão, no valor de 42 886 milhares de euros
- Reinvestimento de mais-valias de venda de participação financeira, no valor de 28 754 milhares de euros

Os activos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2009 e 2008 explica-se como segue:

(milhares de euros)

	2009		2008	
	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	6	16 921	11	14 494
Retenção de imposto na fonte	-	766	-	833
Imposto sobre o valor acrescentado	1 894	-	242	-
Outros impostos e taxas	82	7 990	70	7 225
Contribuições para a segurança social	109	767	95	753
Tributos das autarquias locais	-	120	-	120
Total	2 091	26 564	418	23 425

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2009 e 2008 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Líquido	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Investimentos	1 679	1 330	-13 588	-6 002	-11 909	-4 672
Benefícios pós-emprego	240	276	-3 022	-2 926	-2 782	-2 650
Provisões técnicas	1 249	1 666	-	-	1 249	1 666
Provisão cobranças duvidosas	52	25	-	-	52	25
Outros custos não dedutíveis	274	163	-	-	274	163
Total	3 494	3 460	-16 610	-8 928	-13 116	-5 468

Os valores de 2009 e 2008 incluem valores correspondentes ao diferimento por 5 anos dos impactos em sede de imposto decorrentes da transição para os IFRS.

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2009 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)			
2009	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-2 968	-2 968
Estimativa de IRC		-2 661	-2 661
Imposto autónomo		-307	-307
Imposto Diferido	-7 673	25	-7 648
Investimentos	-7 673	436	-7 237
Benefícios pós-emprego		-132	-132
Activos tangíveis/intangíveis		-	-
Provisões técnicas		-417	-417
Bónus/Distribuição de lucros		-	-
Provisão cobranças duvidosas		27	27
Outros custos não dedutíveis		111	111
Total	-7 673	-2 943	-10 616

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Resultado antes de impostos	12 160	11 361
Taxa de imposto	26,44%	26,44%
Imposto apurado com base na taxa oficial	-3 215	-3 004
Dividendos excluídos da tributação	524	1 165
Benefícios fiscais	143	165
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	-217	-1 020
Imposto diferido activo não reconhecido anteriormente	129	1 774
Imposto Autónomo	-307	-382
Imposto Corrente + Diferido	-2 943	-1 302

NOTA 25 - CAPITAL

O capital da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., de 135 milhões de euros representado por 27 milhões de acções de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

NOTA 26 - RESERVAS

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as reservas podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Reservas de justo valor de activos financeiros	53 079	22 629
Reserva por impostos diferidos	-13 329	-5 656
Outras reservas	41 052	40 046
- Reserva legal	40 124	39 118
- Reservas livres	928	928
Reservas	80 802	57 019

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de fluxos de caixa.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de activos, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	59 715	39 233
Títulos de rendimento variável	7 762	5 745
Títulos de rendimento fixo	-14 398	-22 349
Reservas de justo valor	53 079	22 629

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	389 871	341 092
Custo de aquisição dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	106 262	93 773
	496 133	434 865
Imparidade	-16 688	-16 135
Custo amortizado/aquisição líquido de imparidade	479 445	418 730
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	367 027	308 353
Justo valor dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	165 497	133 006
	532 524	441 359
Reserva de reavaliação bruta (Justo valor - custo)	53 079	22 629
Impostos diferidos e correntes	-13 329	-5 656
Reserva de reavaliação líquida de impostos	39 750	16 973

O movimento da reserva de justo valor líquida, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Saldo a 01 de Janeiro	16 973	54 758
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	31 460	-35 387
Imparidade reconhecida no ano	-1 010	-15 158
Variação impostos diferidos reconhecida no ano	-7 673	12 760
Saldo a 31 de Dezembro	39 750	16 973

NOTA 27 - RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi o seguinte:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Resultado líquido do exercício	9 217	10 059
Número de acções	27 000 000	27 000 000
Resultados por acção (em euros)	0,34	0,37

NOTA 28 - DIVIDENDOS POR ACÇÃO

A companhia tem como accionista único a Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., ao qual, durante o exercício de 2009, não foram nem atribuídos nem pagos quaisquer dividendos.

NOTA 29 - TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

O capital da Tranquilidade é detido na sua globalidade pela Partran, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.G.P.S., S.A. com sede na rua de S. Bernardo, 62 – 1200 826 Lisboa, a qual elabora contas consolidadas. As contas destas entidades são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - Espírito Santo Financial Group.

Os relacionamentos entre a empresa-mãe Tranquilidade e as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, serviços de informática, seguros vida e não vida, comercialização de seguros, resseguro, gestão de seguros do ramo saúde, serviços médicos e serviços de call center.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o montante global dos activos e passivos da Tranquilidade que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2009				2008			
	Activo	Passivo	Custos	Proveitos	Activo	Passivo	Custos	Proveitos
BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.	62 346	513	1 157	3 600	37 252	2 039	1 048	3 668
T-VIDA	20 240	63	-	-	39 030	-	-	1 750
LOGO	4 437	4 488	6 424	5 317	725	2 627	2 915	1 847
ES CONTACT CENTER	277	-	131	52	277	38	1 097	104
ESUMÉDICA	391	-	-	-	353	-	-	-
ESSAUDE	1 255	-	-	57	2 515	-	-	110
ESSEGUR	92	-	273	234	74	22	296	881
MULTIPESSOAL - SOC. PREST SERV	-	-	73	-	-	6	58	-
BES VIDA	439	102	-	194	1 171	-	-	195
ESPIRITO SANTO ACE	-	-	-	131	-	-	-	121
ADVANCECARE	10	265	3 264	777	9	969	3 117	-
BES LEASING	19 710	2 600	98	-	65	3 091	415	166
MULTIPESSOAL - TRAB TEMPOR	-	8	188	-	-	9	228	-
SGL	-	37	480	-	-	4	321	-
BES SEGUROS	296	66	-	888	71	-	-	1 076
ESAF	-	-	-	808	20	-	-	764
EUROP ASSISTANCE	1 080	-	-	336	-	-	-	120
GESFIMO	-	-	-	41	-	-	-	20
ESFIL LUX	3 070	-	-	-	-	-	-	-
ESFG	5 317	-	-	-	-	-	-	-
ESGEST	8	-	300	-	15	-	-	300
TOP ATLÂNTICO	-	9	395	-	-	32	436	-
HERDADE DA COMPORTA	-	-	-	21	-	-	-	30
QUINTA DOS CÔNEGOS	-	-	-	-	153	-	-	-
Total	118 968	8 151	12 783	12 456	81 730	8 837	9 931	11 152

NOTA 30 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes, elaborada numa óptica indirecta de origem e aplicação de fundos é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

NOTA 31 - COMPROMISSOS

A Companhia detém contratos de locação financeira para aquisição de equipamento informático e material de transporte, bem como contratos de locação operacional referentes a material de transporte.

Os valores de compromissos contratuais expressos no balanço dos contratos em regime de locação financeira, são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Activos tangíveis (valor bruto)	10 542	9 989
Amortizações acumuladas	-9 681	-8 656
Activos tangíveis (valor líquido)	862	1 333
Credores - Fornecedores de bens	2 600	3 091

A maturidade das rendas de contratos de locação financeira e das prestações de locação operacional vincendas é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Até 3 meses	4 a 12 meses	+1 a 5 anos
Contratos de locação financeira	277	802	1 521
Contratos de locação operacional	262	571	892

Foi celebrado em Setembro de 2008 um contrato de compra e venda para aquisição de um imóvel de futura utilização como propriedade de investimento, mediante o pagamento de 1 milhão de euros. Encontram-se ainda por realizar ao abrigo deste contrato compromissos financeiros no montante de 2,25 milhões de euros, os quais são exigíveis na data da celebração da escritura de compra e venda e após aprovação de projecto de licenciamento, a ocorrer previsivelmente até Junho de 2010.

Relativamente aos Fundos de Investimento (*Private Equity*), a Companhia tem responsabilidades assumidas no montante de 7,15 milhões de euros. Trata-se de montantes por entregar relativos a investimentos que têm uma duração entre dez a doze anos, com o esforço de investimento centrado nos primeiros cinco anos. O património destes fundos destina-se a ser investido na aquisição de participações e ou projectos com elevado potencial de crescimento e valorização.

NOTA 37 - OUTRAS INFORMAÇÕES

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Adoptadas pela Companhia

Na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2009, a Companhia adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009:

IFRS 2 (alterado) - Pagamento com base em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se tornou efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração ao IFRS 2 (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de *performance*, (ii) introduz o conceito de *non vesting conditions* e (iii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, tem o mesmo tratamento contabilístico.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 7 (alterado) - Instrumentos financeiros: divulgações

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Março de 2009, o IFRS 7 (alterado) - Instrumentos financeiros: Divulgações, com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração ao IFRS 7 requer informação adicional nas divulgações sobre (i) a mensuração dos justos valores, estabelecendo nomeadamente que estes devem ser apresentados em três níveis hierárquicos definidos na própria norma e (ii) sobre o risco de liquidez.

Face à natureza destas alterações o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia foi exclusivamente ao nível das divulgações.

FRS 8 - Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 - Segmentos operacionais, o qual foi adoptado para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009. O IFRS 8 - Segmentos operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade.

Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterou o IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade deverá efectuar uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, e ainda sobre a forma como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação obrigatória para as Entidades Cotadas, nesta base não tem aplicação obrigatória na Companhia.

IAS 1 (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração do rendimento integral.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração do rendimento integral.

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

As alterações impostas pelo IAS 1 tiveram apenas efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

IAS 23 (alterado) - Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Março de 2007, o IAS 23 (alterado) - Custos de empréstimos obtidos, com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo.

Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados foi eliminada. Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – instrumentos financeiros remíveis e obrigações decorrentes de liquidação, a qual é de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros remíveis e de obrigações decorrentes de liquidação.

De acordo com os requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos remíveis), são classificados como passivos financeiros.

A alteração efectuada a esta norma e efectiva desde 1 de Janeiro de 2009, implica que alguns instrumentos que qualificavam como passivos financeiros de acordo com o anterior IAS 32, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos apresentem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem um interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições.

O IASB alterou ainda o IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes

O IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

A adopção desta norma não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis, entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contracto para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 - Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 - Contratos de construção, sendo expectável que o IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

A adopção desta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O IFRIC 16 - Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008. Esta interpretação visa clarificar que:

- A cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao capital próprio da subsidiária;
- O instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- Aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

A adopção desta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. As alterações com efeitos para o Grupo em 2009 são como segue:

- Alteração ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 16 - Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento e subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 19 - Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 20 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o

justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alteração ao IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alteração ao IAS 28 - Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 - Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alteração ao IAS 38 - Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos

de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 - Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alteração ao IAS 40 - Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 - Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Ainda não adoptadas pela Companhia

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. A Companhia irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

IFRS 1 (alterado) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – demonstrações financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas para exercícios que se iniciam após 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar os IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) - Concentrações de actividades empresariais e uma alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação,

por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

A Companhia encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Companhia encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)* emitiu em Julho de 2007, o IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A adopção desta interpretação pela União Europeia ocorreu apenas em 2009 sendo por isso a mesma de aplicação obrigatória para o Grupo apenas a partir de 1 de Janeiro de 2010.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados e contempla apenas as situações onde o concedente (i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e (ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação não se estima impacto ao nível das demonstrações financeiras da Companhia.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A Companhia não espera que esta interpretação tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- As condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- O reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- A identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- O reconhecimento de proveitos;
- A contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Companhia não espera que esta interpretação tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas que se encontram em vigor, estando apenas por adoptar pela Companhia a seguinte alteração:

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. Esta norma será adoptada prospectivamente pela Companhia em 2010.

ANEXO 1 INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui juros decorridos)	
Designação						Unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em filiais							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
ADVANCECARE	458 997			1,06	485 958,14	55,65	25 545 378,14
BES SEGUROS	750 000			5,01	3 758 668,00	28,83	21 625 000,00
ES CONTACT	831 251			2,22	1 846 077,58	2,78	2 308 107,58
ESUMEDICA	225 000			1,98	445 500,00	11,33	2 550 000,00
EUROPE ASSISTANCE	360 000			4,88	1 756 800,00	12,13	4 368 000,00
FIDUPRIVATE	18 750			25,60	480 050,77	0,00	0,00
SEGUROS LOGO SA	4 000 000			5,00	20 000 000,00	5,00	20 000 000,00
T-VIDA COMPANHIA DE SEGUROS, SA	65 000 000			1,19	77 488 591,00	1,37	89 100 000,00
1.1.4 - Partes de capital em empresas participadas e participantes							
BES BANCO ESPIRITO SANTO	260 755			10,09	2 630 184,10	4,55	1 186 695,99
COMPTA	306 960			1,64	503 699,84	0,37	113 575,20
ES INV PLC	1			2,77	2,77	1,27	1,27
ESAF - ACTIVOS FINANCIEROS	117 500			22,93	2 694 626,91	29,63	3 481 867,10
ESPIRITO SANTO SAÚDE	2 655 000			1,25	3 308 200,00	3,72	9 867 000,00
ESTELA GOLF	20			8 580,90	171 618,00	5 266,62	105 332,39
QUINTA DOS CONEGOS	140 600			3,15	443 241,40	3,79	532 635,77
Subtotal	75 124 834	0,00			116 013 218,51		180 783 593,44
1.1.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
BEF 07/11		6 000 000,00	100,00%	100,9%	6 053 196,00	101,0%	6,059,238.00
BESLEASING FACT SUBORD 22/10/14		520 000,00	100,00%	100,2%	521 040,00	100,4%	522,296.23
BESLEASING FACTORING 22/08/2012		13 000 000,00	100,44%	100,0%	13 000 000,00	100,6%	13,077,978.33
BESLEASING FACTORING 22/11/2010		50 950,00	100,44%	100,0%	50 950,00	100,6%	51,268.32
Espirito Santo 12/15		2 200 000,00	100,00%	98,2%	2 160 500,00	100,0%	2,200,779.78
Subtotal	0	21 770 950,00			21 785 68,00		21 911 560,66
Total	75 124 834	21 770 950,00			137 798 904,51		202 695 154,10
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Acções							
ARGOGEST	1 300			0,00	0,00	0,00	0,00
CASSEL	200			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE	6			532,54	3 195,23	922,91	5 537,44
COMP. PREVIDENTE SCPF	198			109,86	21 752,48	218,23	43 209,95
COMUNDO	2 008			0,00	0,00	0,00	0,00
EDP RENOVA	62 500			7,92	495 102,09	6,62	413 750,00
FETAL	2,760			20,84	57 528,12	7,03	19 407,46
GALP ENERGIA	23 500			12,55	295 021,56	12,07	283 645,00
HOTEL TURISMO ABRANTES	125			0,00	0,00	2,82	352,49
ILIDIO MONTEIRO CONSTRUÇÕES	41 675			0,00	0,00	0,00	0,00
MADIBEL	7 955			0,01	80,88	0,00	0,00
PORTO CAVALEIROS, SGPS	2 483			0,00	0,00	0,00	0,00
SONAGI	55 600			0,44	24 293,86	1,90	105 640,00
SONAGI AN	100			0,06	5,51	0,01	1,00
SPECTACOLOR PORTUGAL	7 500			14,66	109 986,38	11,39	85 414,49
TELLUS	1 200			0,00	0,00	0,00	0,00
VILATÉXTEL SOC IND TÊXTEL	16			0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	209 126	0,00			1 006 966,11		956 957,83
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES RECONVERSÃO URBANA	250			1 002,87	250 716,78	1 000,55	250 138,05
ES TRADING FUND	60 612			104,76	6 349 748,74	106,56	6 458 850,95
ESP SANTO INFRASTRUCTURE FUND I	1 408			1 000,03	1 408 487,11	957,04	1 347 941,72
ESPÍRITO SANTO VENTURES III	10 000 000			0,01	100 000,00	0,01	98 200,00

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
EXPLORER II	92			25 054,09	2 304 475,54	26 998,00	2 483 276,04
EXPLORER III	2			25 000,00	40 000,00	25 000,00	40 000,00
FUNGERE (UP)	756 868			5,22	3 952 827,85	4,15	3 141 002,20
Subtotal	10 819 232	0,00			14 406 256,02		13 819 408,96
Subtotal	11 028 358	0,00			15 413 222,13		14 776 366,79
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
PT OT 3.2% 04/15/2011		3 000 000,00	102,23%	102,9%	3 085 800,00	104,5%	3 135 283,56
Subtotal	0	3 000 000,00			3 085 800,00		3 135 283,56
2.1.2.3 - De outros emissores							
BANCO BPI 3% 07/17/12		3 000 000,00	101,02%	100,7%	3 021 300,00	102,4%	3 071 753,18
BANCO SANTANDER TOTTA 3.25% 10/14		3 600 000,00	99,30%	100,0%	3 599 028,00	99,9%	3 597 511,03
BANIF FINANCE 22/12/2016		2 000 000,00	73,70%	100,2%	2 004 000,00	73,7%	1 474 730,00
BCP 04/14 5.625%		3 500 000,00	107,48%	105,7%	3 700 200,00	111,4%	3 897 795,35
BCP 3.75% 10/16		3 000 000,00	98,96%	99,6%	2 987 100,00	99,8%	2 994 652,31
BCP FINANCE BANK 21/12/16		1 500 000,00	89,99%	90,8%	1 362 000,00	90,0%	1 350 330,83
BESPL 3.375% 02/15		10 200 000,00	98,98%	99,8%	10 183 170,00	99,4%	10 136 948,63
BESPL 5.625% 06/14		9 200 000,00	107,05%	106,5%	9 795 931,21	110,3%	10 145 309,24
BRISA 4.797 03-09/2013		2 000 000,00	104,44%	102,0%	2 040 000,00	105,7%	2 113 933,54
CXGD 3.625% 07/14		3 000 000,00	101,53%	101,4%	3 042 600,00	103,2%	3 094 582,07
CXGD 5.125% 02/14		2 300 000,00	106,69%	106,4%	2 447 890,00	111,1%	2 555 584,86
EDP FIN		3 500 000,00	100,69%	100,0%	3 501 050,00	102,7%	3 593 318,50
EMASA		5 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
MONTEPIO GERAL 3.25% 07/12		3 000 000,00	101,37%	101,2%	3 034 800,00	102,8%	3 083 143,96
MONTPI 03/05/2012		2 000 000,00	97,22%	100,0%	1 999 190,40	97,4%	1 947 445,16
MONTPI 19/09/2011		3 000 000,00	99,32%	100,2%	3 004 797 60	99,4%	2 980 628,00
P.CAVALAIROS		17 500,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
PORTEL 3.75 05-03/12		3 900 000,00	102,16%	101,5%	3 958 110,00	105,0%	4 096 548,78
PORTUGAL TEL FIN 04/30/13 6%		2 000 000,00	108,31%	106,5%	2 129 920,00	112,3%	2 246 708,54
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5% 11/04/19		1 350 000,00	100,70%	99,6%	1 344 991,50	101,5%	1 370 423,06
SEMAPA 20/04/2016		700 000,00	99,78%	99,5%	696 500,00	100,3%	701 780,80
V.AGROS		4 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
V.TÊXTIL		7 500,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Dep Praz EUR Barclays		0,00			17 584 398,38		17 589 169,03
Dep Prazo EUR BCP		0,00			5 000 000,00		5 006 125,00
Dep Prazo EUR BES		0,00			10 600 000,00		10 609 980,24
Dep Prazo Eur BESI		0,00			20 065 506,05		20 076 100,31
Dep Prazo EUR MG		0,00			31 356 883,01		31 610 699,56
Subtotal	0	62 784 000,00			148 459 366,15		149 345 201,98
Subtotal	0	65 784 000,00			151 545 166,15		152 480 485,54
Total	11 028 358	65 784 000,00			166 958 388,28		167 256 852,33
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Acções							
C BUZI	2 000			0,00	0,00	0,00	0,00
C IND MATOLA	2 200			0,00	0,00	0,00	0,00
C MOÇAMBIQUE	3 000			0,00	0,00	0,00	0,00
C RESSEGURO MOÇAMBIQUE	250			0,00	0,00	0,00	0,00
C SEG NAUTICUS	500			0,00	0,00	0,00	0,00
C SEG TRANQUILIDADE DE MOÇAMBIQUE	9 750			0,00	0,00	0,00	0,00
CADA (AGRICULTURA)	2 100			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP ALGODÕES MOÇAMBIQUE	1 900			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP SEG A NACIONAL	15 986			0,00	0,00	0,00	0,00
CONTINENTAL MORTGAGE INVESTORS	600			0,00	0,00	0,00	0,00
E.ON AG	15 000			28,39	425 836,40	29,05	435 750,00
FOMENTO PREDIAL MOÇAMBIQUE	50			0,00	0,00	0,00	0,00
HIDRO ELECT CATUMBELA	200			0,00	0,00	0,00	0,00
NAVANG	448			0,00	0,00	0,00	0,00

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui juros decorridos)	
Designação						Unitário	Total
NOCAL (ERVEJAS)	2 508			0,00	0,00	0,00	0,00
NOKIA OYJ	24 000			9,18	220 298,26	8,92	214 080,00
PETRANGOL	200			0,00	0,00	0,00	0,00
SENA SUGAR ESTATES LTD	77 375			0,00	0,00	0,00	0,00
SOC TURISMO MOÇAMBIQUE	100			0,00	0,00	0,00	0,00
SONEFE 573	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
SOTUL (ULTRAMAR)	8 000			0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	166 740	0,00			646 134,66		649 830,00
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
DB X-TR SHR IBOXX EUR SOV TR	3 570			113,92	406 693,08	113,02	403 481,40
DB X-TRII EUROPE 5Y	1 920			104,88	201 361,82	107,50	206 400,00
L&C UK PUBLIC SECTOR REAL ESTATE	9			901,49	8 365,74	881,00	8 175,59
L&C UK REAL ESTATE	21			1 190,68	25 277,42	1 155,00	24 519,96
Subtotal	5 521	0,00			641 698,06		642 576,95
Subtotal	172 261	0,00			1 287 832,72		1 292 406,95
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BTPS 3.75% 12/13	2 500 000,00	104,09%	104,0%	2 600 750,00	104,3%	2 606 359,59	
FRANCE O.A.T. 3 10/25/15	2 000 000,00	100,91%	100,6%	2 012 800,00	101,5%	2 029 213,70	
HELLENIC REPUBLI CG 5,5 20/08/14	2 250 000,00	102,34%	109,2%	2 457 725,00	107,4%	2 416 906,85	
HELLENIC REPUBLIC 4.3 20/03/12	1 500 000,00	100,59%	104,6%	1 568 700,00	104,3%	1 564 867,80	
NETHERLANDS GOVT 2.75% 01/15	1 500 000,00	100,38%	99,8%	1 497 000,00	101,7%	1 525 364,38	
Subtotal	0	9 750 000,00			10 136 975,00		10 142 712,32
2.2.2.3 - De outros emissores							
ABB INTL FINANCE 4.625% 06/06/13	1 000 000,00	105,19%	105,4%	1 053 700,00	107,8%	1 078 222,06	
ABERTIS INFRA 4.625% 10/16	8 000 000,00	103,65%	101,4%	8 113 050,00	104,6%	8 370 838,89	
AIR LIQUIDE 4.375% 06/15	4 000 000,00	104,66%	104,7%	4 188 160,00	107,2%	4 287 430,78	
ALSTOM 4% 09/23/14	3 000 000,00	101,63%	100,9%	3 026 580,00	102,7%	3 081 450,35	
ANGLO AMERICAN CAP 4.25% 09/13	1 000 000,00	102,98%	99,8%	997 620,00	104,1%	1 040 520,93	
BANCA LOMBARDA 19/12/2016	3 000 000,00	93,83%	100,3%	3 007 503,00	93,9%	2 815 982,00	
BANCO SABADELL 25/05/2016	2 000 000,00	87,13%	100,4%	2 007 156,30	87,2%	1 744 590,40	
BASF FIN EUROPNV 5.125% 06/15	1 000 000,00	107,98%	104,1%	1 041 480,00	110,9%	1 108 560,45	
BAT INTL FINANCE 5.875% 03/15	3 000 000,00	109,51%	109,3%	3 279 190,00	114,2%	3 427 243,25	
BAYER CAP COPNV 4.625% 09/14	1 000 000,00	106,09%	104,5%	1 044 800,00	107,3%	1 073 036,08	
BBVA SUB CAPITAL UNIP 03/04/2017	3 000 000,00	95,08%	100,0%	3 001 340,70	95,3%	2 859 642,73	
BMW FINANCE 4% 09/17/14	1 500 000,00	101,92%	101,1%	1 516 650,00	103,1%	1 546 075,12	
C.ÁGUAS DA BEIRA	110,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00	
C.MOÇAMBIQUE	120,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00	
CAJA CASTILLA 02/11/2016	2 000 000,00	26,00%	100,2%	2 004 000,00	26,3%	525 801,67	
CAJA ZARAGOZA ARAGON 25/04/2019	4 000 000,00	79,44%	100,2%	4 008 000,00	79,6%	3 185 600,44	
CARREFOUR SA 5.375% 06/15	750 000,00	109,33%	107,3%	804 577,50	112,3%	842 303,98	
COMPAGNIE ST GOBAIN 11/04/2012	2 900 000,00	98,37%	100,1%	2 901 848,11	98,6%	2 859 343,60	
CORP PROP INV 7.18% 09/01/2013	500,00	75926,00%	85730,9%	428 654,31	77587,4%	387 936,75	
CORP SERV GROUP 10% 04/29/2011	1 667,00	450,40%	1506,8%	25 118,66	466,7%	7 779,29	
CSSE NAT C.EPARC P 4,5% 12/14/10	99 952,00	101,46%	92,0%	91 979,38	101,7%	101 620,79	
DAIMLER AG 4.625% 09/14	1 500 000,00	103,96%	102,3%	1 535 100,00	105,5%	1 582 202,67	
DANSKE BANK 3.25% 10/15	2 000 000,00	99,23%	99,5%	1 989 620,00	100,0%	1 999 768,19	
Deutsche Bk 09/22/15	4 000 000,00	94,45%	95,4%	3 815 600,00	94,5%	3 778 789,21	
DEUTSCHE TELEKOM 23/05/2012	2 000 000,00	99,63%	101,0%	2 019 030,00	99,8%	1 995 032,82	
DEUTSCHE TELEKOM INT 28/03/2012	5 500 000,00	99,45%	100,1%	5 507 808,63	99,5%	5 470 448,78	
DOURM 1 A	724 309,84	89,93%	98,0%	709 823,64	90,0%	651 566,39	
DSM 4% 11/10/15	3 000 000,00	101,78%	101,2%	3 037 260,00	102,3%	3 070 295,82	
E.ON INTL FIN 4.125% 03/13	250 000,00	104,70%	104,8%	261 925,00	107,9%	269 666,79	
EDISON SPA 4.25% 07/14	3 000 000,00	102,70%	101,5%	3 045 300,00	104,6%	3 137 581,24	
ERICSSON L M TEL 27/06/2014	1 400 000,00	96,76%	99,8%	1 397 452,00	96,8%	1 354 760,66	
ERSTE BANK 19/07/2017	8 000 000,00	96,51%	100,4%	8 033 178,07	96,7%	7 739 503,51	
ESPIRITO SANTO FIN GRP 6.875% 10/21/19	5 100 000,00	102,93%	101,6%	5 179 208,00	104,3%	5 317 430,79	
ESPIRITO SANTO FINANCIER 4.5% 05/31/11	3 000 000,00	99,67%	102,1%	3 063 600,00	102,3%	3 070 360,27	
FUND ORD BANK 3% 11/19/14	1 000 000,00	99,70%	99,9%	998 810,00	100,0%	1 000 452,05	
GAS NATURAL CAP 4.375% 11/16	2 000 000,00	100,89%	102,3%	2 045 000,00	101,6%	2 032 033,04	
GAS NATURAL CAP 5.25% 7/9/2014	3 500 000,00	106,82%	105,7%	3 701 040,00	109,3%	3 826 885,77	
GE CAP EUR FUND 17/05/2021	3 000 000,00	83,52%	99,8%	2 994 492,60	83,6%	2 508 998,30	

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui juros decorridos)	
Designação						Unitário	Total
GOLDMAN SACHS 02/02/2015		4 000 000,00	97,94%	101,0%	4 038 400,00	98,1%	3 925 250,40
GOLDMAN SACHS 04/02/2013		4 000 000,00	98,52%	100,0%	3 999 082,20	98,7%	3 947 410,27
GOLDMAN SACHS 23/05/2016		3 000 000,00	96,79%	99,9%	2 996 681,40	96,9%	2 906 945,13
GOLDMAN SACHS 30/01/2017		8 000 000,00	96,45%	100,0%	8 003 374,80	96,6%	7 730 851,73
HBOS PLC 09/01/2016		5 500 000,00	95,95%	100,5%	5 527 821,64	96,0%	5 281 839,38
HENKEL AG&CO 4.625% 03/14		750 000,00	106,36%	104,8%	785 625,00	110,0%	824 995,46
HIDRO E REVUE		24,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
HIPOT 5 A2		347 358,34	88,60%	97,9%	340 063,82	88,7%	308 021,32
HSBC FINANCE CORP 28/10/2013		4 000 000,00	94,31%	100,2%	4 008 000,00	94,5%	3 779 292,09
HSB NORDBANK AG 14/02/2017		5 000 000,00	97,22%	100,0%	5 001 108,56	97,4%	4 867 663,67
HYPOVEREINSBANK 07/06/2011		3 000 000,00	97,05%	103,6%	3 106 701,00	98,7%	2 961 269,25
ISLANDSBANKI 25/11/2013		1 000 000,00	0,00%	100,9%	1 008 768,51	0,0%	0,00
JOHN DEERE BANK 31/03/2011		3 500 000,00	99,36%	100,0%	3 499 225,00	99,4%	3 477 740,00
JP MORGAN 12/10/2015		3 000 000,00	98,55%	100,3%	3 009 900,00	98,8%	2 963 985,90
KAUPTHING BANK HF 17/08/2012		3 000 000,00	23,00%	99,5%	2 985 408,90	23,0%	690 000,00
KION 2006-1 A		971 159,25	90,69%	98,1%	953 047,86	90,9%	882 609,34
LEHMAN BROS HOLD 05/02/2014		2 000 000,00	17,00%	100,1%	2 001 992,19	17,0%	340 000,00
LEHMAN BROS HOLD 19/05/2016		10 000 000,00	17,00%	99,9%	9 994 113,46	17,0%	1 700 000,00
LEV FIN CAP II 02/09/2016		1 970 267,84	79,00%	97,6%	1 922 193,30	79,6%	1 567 558,23
LLOYDS FLOAT 20 03/12/2020		6 000 000,00	83,00%	100,9%	6 052 800,71	83,2%	4 992 077,67
MACQUARIE BANK 06/12/2016		3 000 000,00	87,25%	100,3%	3 009 000,00	87,3%	2 619 755,00
MAGEL 3 A		682 884,00	76,00%	98,6%	673 323,62	76,1%	519 729,04
MERRILL LYNCH 30/05/2014		4 000 000,00	97,19%	99,7%	3 987 880,00	97,3%	3 891 122,44
MERRILL LYNCH & CO 14/09/2018		10 000 000,00	92,90%	99,9%	9 991 944,00	93,0%	9 296 278,89
MORGAN STANLEY 13/04/2016		7 500 000,00	96,31%	99,9%	7 495 503,23	96,6%	7 241 893,13
NAB 4.75 08-03/2011		750 000,00	103,41%	103,9%	779 475,00	107,4%	805 475,42
NATL CAPITAL INSTRUMENTS PERP		2 000 000,00	67,46%	102,7%	2 054 100,00	67,5%	1 349 434,11
NATL GRID PLC 18/01/2012		10 000 000,00	99,45%	100,5%	10 049 859,60	99,7%	9 967 869,00
NAVIO COMP CLN ITAMI 05/10/11		9 650,00	100,00%	100,2%	9 669,30	132,1%	12 750,53
PELIC 2 A		325 341,54	87,02%	98,9%	321 762,77	87,1%	283 249,13
PELICAN 3 A		983 264,07	71,00%	97,6%	959 665,74	71,0%	698 486,32
PFE 4.75 09-06/2016		500 000,00	106,53%	107,5%	537 520,00	109,4%	546 830,33
PFIZER INC 3.625% 06/03/13		2 000 000,00	103,27%	102,7%	2 053 600,00	105,4%	2 107 325,76
PREPS LIMITED 2006 B1 18/07/2015		6 000 000,00	44,80%	100,0%	6 000 009,23	45,8%	2 746 475,33
REFER 4% 03/16/15		5 000 000,00	101,63%	101,8%	5 087 500,00	104,8%	5 240 404,11
REPSOL INTL FIN 07/22/13 5%		3 000 000,00	105,58%	105,7%	3 171 700,00	107,8%	3 234 069,86
ROYAL BK SCOTLAND 49		5 000 000,00	86,44%	101,6%	5 080 140,00	86,8%	4 338 891,94
RTE EDF TRANSPORT 4.125% 09/27/16		2 000 000,00	101,82%	102,3%	2 045 270,00	102,9%	2 057 804,80
SABMILLER PLC 4.5% 01/15		1 500 000,00	102,72%	102,1%	1 532 025,00	104,8%	1 571 745,51
SANOFI-AVENTIS 3.125% 10/14		2 000 000,00	101,26%	100,4%	2 007 600,00	101,9%	2 038 802,03
SANTANDER CONSUMER 28/09/2016		4 000 000,00	91,02%	100,5%	4 018 020,00	91,0%	3 641 098,33
SANTANDER ISSUANCES 23/03/2017		3 000 000,00	94,21%	100,1%	3 003 895,80	94,2%	2 827 041,93
SFR SA 07/12 3.375%		1 000 000,00	101,37%	100,2%	1 002 100,00	102,9%	1 029 037,72
SUEZ ENVIRONNEMENT 4.875% 04/14		1 500 000,00	105,87%	104,7%	1 570 650,00	109,4%	1 641 514,14
SWEDISH EXP CRED 3.625% 05/27/14		2 500 000,00	102,38%	102,1%	2 552 000,00	104,5%	2 613 536,96
TELECOM ITALIA FINANCE 12/06/12		4 000 000,00	98,74%	100,0%	4 000 809,23	98,8%	3 952 898,67
TELEFONICA EMIS 4.674 02/14		1 250 000,00	104,79%	103,9%	1 298 875,00	109,0%	1 362 229,28
THEME 4 A		1 115 211,23	86,36%	97,2%	1 084 096,84	86,5%	964 446,16
VIVENDI 10/03/2011		4 700 000,00	99,82%	100,5%	4 724 814,89	100,1%	4 706 196,79
VODAFONE 05/09/2013		7 000 000,00	99,37%	99,9%	6 995 907,60	99,5%	6 962 027,18
VODAFONE 06/06/2014		4 000 000,00	98,32%	100,0%	4 000 000,00	98,4%	3 935 695,47
VOLKSWAGEN BANK FLT 21/12/2015		2 000 000,00	79,81%	100,1%	2 002 727,46	79,8%	1 596 838,89
VOLKSWAGEN FIN 3.5% 12/17/10		500 000,00	101,75%	99,8%	499 115,00	101,9%	509 418,73
VOLKSWAGEN INT FIN 14/03/2016		5 000 000,00	79,81%	100,0%	5 000 000,00	79,9%	3 993 255,28
Subtotal	0	267 081 819,11			269 710 523,56		242 600 893,91
Subtotal	0	276 831 819,11			279 847 498,56		252 743 606,23
Total	172 261	276 831 819,11			281 135 331,28		254 036 013,18
2.3 - Derivados de Negociação							
Forward's Moeda							-9 578,84
Total	0	0,00			0,00		-9 578,84
Total	11 200 619	342 615 819,11			448 093 719,56		421 283 286,67
3 - TOTAL GERAL	86 325 453	364 386 769,11			585 892 624 07		623 978 440,77

MYOUNG HO LEE b. 1975, KOREAN "Tree#8", 2007 Archival Ink-Jet Print 62,5 x 50 cm Edição: 1/3 PA
© Myoung Ho Lee, Courtesy Yossi Milo Gallery, New York



08 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



TRANQUILIDADE

08 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA
Revisor Oficial de Contas N.º 312

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de **978.279** milhares de euros e um total de capital próprio de **252.439** milhares de euros, incluindo um resultado líquido de **9.217** milhares de euros), a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Mapa de Variação de Capitais Próprios do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

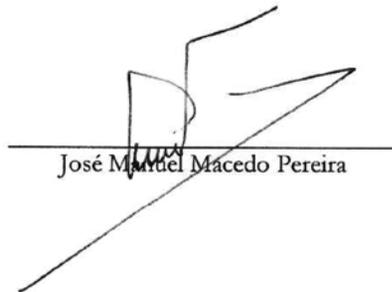


5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A** em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.
8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 08 de Março de 2010



Handwritten signature of José Manuel Macedo Pereira, consisting of stylized initials and a surname, written in black ink over a horizontal line.

José Manuel Macedo Pereira

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas da
COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.,

Nos termos da lei e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório, as Contas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da **COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE S.A.** apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respectiva Certificação Legal das Contas que o Revisor Oficial de Contas da Companhia emitiu oportunamente.

No âmbito das nossas atribuições acompanhámos com regularidade ao longo do exercício de 2009 a actividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração, à Comissão Executiva, ao Comité de Gestão de Risco Global e aos Serviços da Companhia a quem cabe a responsabilidade operacional, nomeadamente, pelas funções de Auditoria Interna, Controlo Interno e Gestão de Riscos, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda através das acções de verificação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações legais e estatutárias.

Pudemos, assim, constatar com satisfação que a Companhia continua a sua política de utilização racional dos recursos e de controlo dos custos, mantendo na sua actividade operacional e financeira uma política de minimização dos riscos inerentes à sua actividade, a qual se reflectiu, nomeadamente, no reforço do seu rácio de solvência de 320% em 2008 para 361% em 2009.



A nossa acção no exercício de 2009 incidiu com particular interesse e detalhe não só (i) nos desenvolvimentos em curso na Companhia nas áreas da gestão de risco, do controlo interno e de "compliance", os quais têm em vista dotar a Companhia com as melhores práticas geralmente aceites a nível internacional e em consonância com os requisitos regulamentares aplicáveis localmente, mas também (ii) nos esforços da Companhia para, na medida do possível, minimizar os inevitáveis efeitos da grave crise financeira internacional iniciada em 2007 e que tem vindo a marcar negativamente e de forma significativa todos os sectores de actividade e, em particular, o sector segurador, tanto em Portugal como em praticamente todo o mundo.

Como nos compete, acompanhámos também (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adoptados pela Companhia, funções estas da responsabilidade do Senhor Dr. José Manuel Macedo Pereira, Revisor Oficial de Contas, designado pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas da Companhia no quadriénio 2008-2011.

Após o final do exercício de 2009 procedemos à apreciação do respectivo Relatório e Contas que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da Companhia durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2009. Oportunamente, e nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apreciou, ainda, a Certificação Legal das Contas do exercício de 2009, datada de 8 de Março de 2010, emitida sem reservas pelo referido Revisor Oficial de Contas e com a qual concordamos.

Como resultado das acções de fiscalização exercidas e acima resumidas, e das respectivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. aprove:

- a) O Relatório de Gestão, datado de 23 de Fevereiro de 2010, e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentados pelo Conselho de Administração;

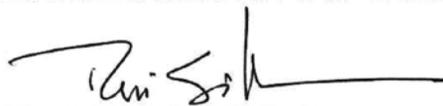
- b) A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2009, no montante de 9.217.425,84 euros, nos termos constantes do ponto 2.5 do Relatório de Gestão, acima referido.

Lisboa, 9 de Março de 2010

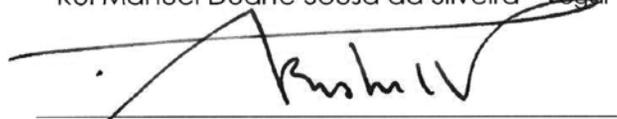
O Conselho Fiscal



José Manuel Ruivo da Pena – Presidente



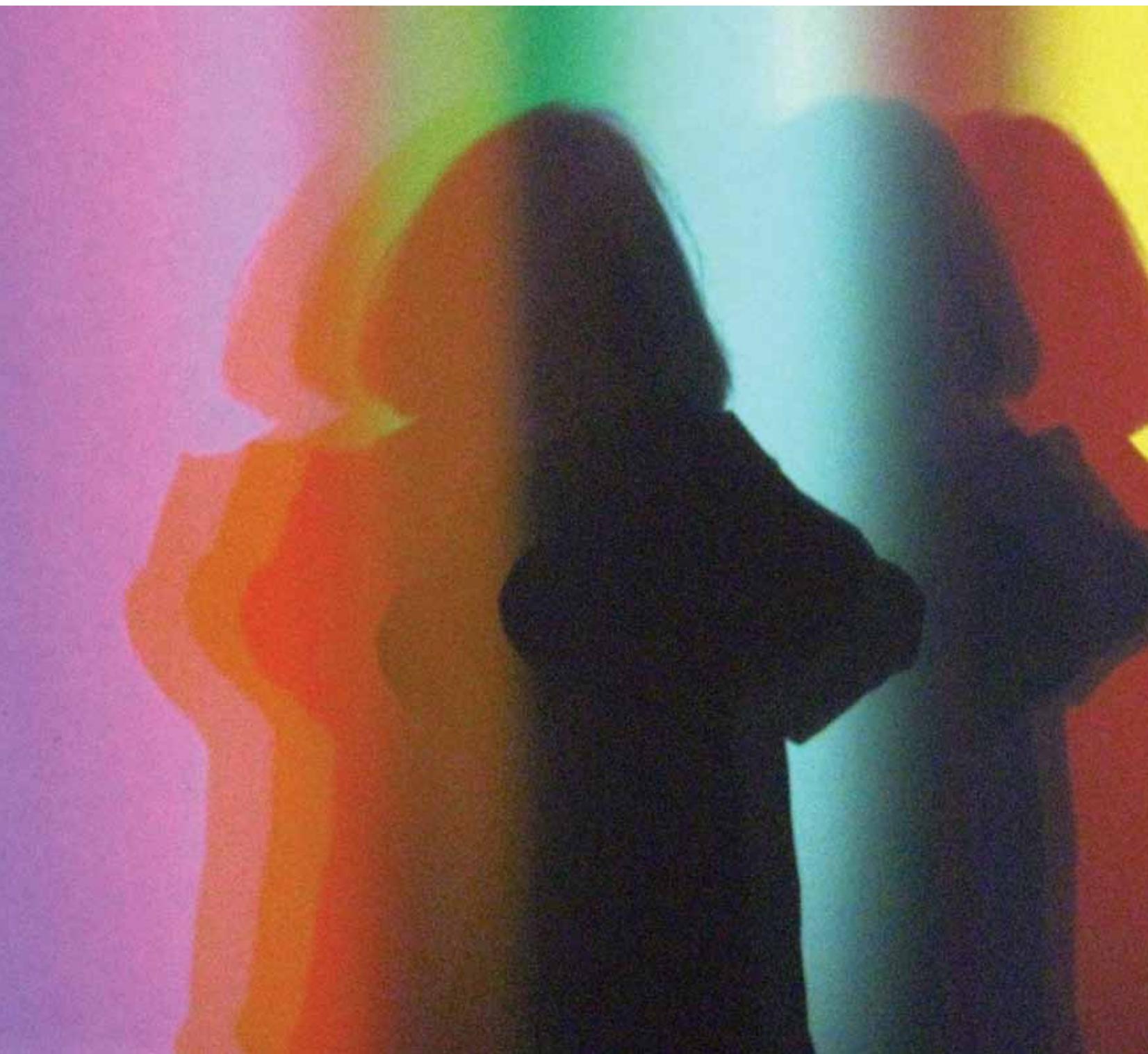
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira – Vogal



António Ricardo Espírito Santo Bustorff – Vogal



MARIA JOSÉ PALLA b. "A Mulher Sombra 2", 2008, Fotografia, 75 x 56 cm, Edição: 1/5. Cortesia da Artista



09 QUADROS DIRECTIVOS



TRANQUILIDADE

09 QUADROS DIRECTIVOS

Assessoria para Assurfinance

Vítor Hugo Zão Barros Peixoto

Assessoria para Sinistros com Danos Corporais

Luís Espírito Santo Silva Ricciardi

Assessoria para Marketing e Comercial

Filipe Antero Rogenes Barreto Infante

Assessoria para Desenvolvimento Internacional

Artur João de Carvalho Fonseca Duarte

Direcção de Auditoria

Vanda Maria Jesus Ferreira Belo

Direcção de Exploração Norte

António Fernandes da Silva

Direcção de Exploração Sul

Luís Fernando Rodrigues Gonzaga Machado

Direcção de Exploração Médias Empresas

João Maria Sousa C. Ferreira do Amaral

Direcção Financeira e Administrativa

Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

Direcção de Grandes Clientes, Corretores e Private

José Paulo Castro Trigo

Direcção de Marketing

Filipe Antero Rogenes Barreto Infante

Direcção de Organização e Sistemas

José Manuel Mendes Esteves Serra Vera

Direcção de Risco Global e Controlo Interno

Luís António Jardim Franco

Direcção de Sinistros

Luís Manuel Cunha Martinho

Direcção Técnica

João Carlos Dores Candeias Barata



ROBERT FRANK b. 1924, Suíça "Yellow Flower – Like a Dog, New York City", 1992, Prova gelatina sal de prata 27,94 x 35,56 cm. Cortesia do Artista





10 REDE DE LOJAS



TRANQUILIDADE

09 REDE DE LOJAS

Aeroporto de Lisboa

Aeroporto da Portela • 1700-998 Lisboa

Tel.: 218 452 170 • Fax: 218 452 179

E-mail: aeroportolisboa@tranquilidade.pt

Algés

Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 7-9 • 1495-039 Algés

Tel.: 214 118 910 • Fax: 214 118 919

E-mail: algés@tranquilidade.pt

Almada

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 1 A • 2800-170 Almada

Tel.: 212 735 120 • Fax: 212 735 129

E-mail: almada@tranquilidade.pt

Amadora

Av. Cardoso Lopes, 18 A • 2700-159 Amadora

Tel.: 214 985 730 • Fax: 214 985 739

E-mail: amadora@tranquilidade.pt

Aveiro

Rua Dr. Alberto Souto, 30 • 3800-148 Aveiro

Tel.: 234 400 510 • Fax: 234 400 529

E-mail: aveiro@tranquilidade.pt

Beja

Pç. do Ultramar – Rua sem Nome, Lj 2 • 7800-429 Beja

Tel.: 284 312 320 • Fax: 284 312 329

E-mail: beja@tranquilidade.pt

Braga

Av. da Liberdade, 570 • 4710-249 Braga

Tel.: 253 203 270 • Fax: 253 203 289

E-mail: braga@tranquilidade.pt

Bragança

Rua 5 de Outubro, 28, r/c dto. • 5300-112 Bragança

Tel.: 273 310 170 • Fax: 273 310 179

E-mail: braganca@tranquilidade.pt

Caldas da Rainha

Rua José Malhoa, 5-9 • 2500-223 Caldas da Rainha

Tel.: 262 839 040 • Fax: 262 839 049

E-mail: caldasrainhatranquilidade.pt

Cascais

Rua Frederico Arouca, 45 A, Lj 1 • 2750-355 Cascais

Tel.: 214 823 800 • Fax: 214 823 809

E-mail: cascais@tranquilidade.pt

Castelo Branco

Av. Gen. Humberto Delgado, 62 • 6000-267 Castelo Branco

Tel.: 272 349 520 • Fax: 272 349 529

E-mail: castelobranco@tranquilidade.pt

Coimbra

Av. Fernão Magalhães, 441, r/c • 3800-177 Coimbra

Tel.: 239 851 980 • Fax: 239 851 989

E-mail: coimbra@tranquilidade.pt

Covilhã

Av. Frei Heitor Pinto, 20 • 6200-113 Covilhã

Tel.: 275 310 890 • Fax: 275 310 899

E-mail: covilha@tranquilidade.pt

Espinho

Rua 20, 534 • 4500 Espinho

Tel.: 227 331 270 • Fax: 227 331 279

E-mail: espinho@tranquilidade.pt

Évora

Praça do Giraldo, 30-32 • 7000-508 Évora

Tel.: 266 730 640 • Fax: 266 730 649

E-mail: evora@tranquilidade.pt

Faro

Rua Batista Lopes, 21, r/c • 8000-225 Faro

Tel.: 289 880 060 • Fax: 289 880 069

E-mail: faro@tranquilidade.pt

Funchal

Rua Cón. Jerónimo Dias Leite, Edif. Marina Fórum • 9000-052 Funchal

Tel.: 291 201 860 • Fax: 291 201 869

E-mail: funchal@tranquilidade.pt

Gondomar

Rua 5 de Outubro, 139 • 4420-086 Gondomar

Tel.: 224 663 870 • Fax: 224 663 879

E-mail: gondomar@tranquilidade.pt

Guarda

Largo Dr. João de Almeida, 24 • 6300-965 Guarda

Tel.: 271 205 020 • Fax: 271 205 029

E-mail: guarda@tranquilidade.pt

Guimarães

Rua Teixeira de Pascoaes, 71 A • 4800-513 Guimarães

Tel.: 253 439 610 • 253 439 619

E-mail: guimaraes@tranquilidade.pt

Leiria

Rua Anzebino Cruz Saraiva, 251, Lt3, Quinta de São Miguel

• **2400-098 Leiria**

Tel.: 244 860 340 • Fax: 244 860 349

E-mail: leiria@tranquilidade.pt

Lisboa (Central)

Av. da Liberdade, 242 • 1250-149 Lisboa

Tel.: 213 503 500 • Fax: 213 503 584

E-mail: lisboa@tranquilidade.pt

Lisboa (Praça de Londres)

Praça de Londres, 10 B • 100-192 Lisboa

Tel.: 218 428 820 • Fax: 218 428 829

E-mail: pracacondres@tranquilidade.pt

Matosinhos

Av. da República, 371 • 4450-242 Matosinhos

Tel.: 229 396 550 • 229 396 559

E-mail: matosinhos@tranquilidade.pt

Montijo

Av. Luís de Camões, 28 B, r/c • 2870-163 Montijo

Tel.: 212 309 580 • Fax: 212 309 589

E-mail: montijo@tranquilidade.pt

Odivelas

Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, 43 A-C • 2675-301 Odivelas

Tel.: 219 344 780 • Fax: 219 344 789

E-mail: odivelas@tranquilidade.pt

Penafiel

Av. Sacadura Cabral, 76-78 • 4560-480 Penafiel

Tel.: 255 710 680 • Fax: 255 710 699

E-mail: penafiel@tranquilidade.pt

Ponta Delgada

Rua Machado Santos, 32 • 9500-083 Ponta Delgada

Tel.: 296 301 390 • Fax: 296 301 399

E-mail: pontadelgada@tranquilidade.pt

Portalegre

Rua Alexandre Herculano, 91 • 7300-121 Portalegre

Tel.: 245 300 580 • Fax: 245 300 589

E-mail: portalegre@tranquilidade.pt

Portimão

Estrada do Alvor, Edif. S. Sebastião, Lt 6, Lj 1 • 8500-521 Portimão

Tel.: 282 410 030 • Fax: 282 410 039

E-mail: portimao@tranquilidade.pt

Porto

Rua D. Manuel II, 290 • 4050-344 Porto

Tel.: 226 082 000 • Fax: 226 009 814

E-mail: portol@tranquilidade.pt

Póvoa de Varzim

Rua Gomes Amorim, 821, r/c • 4490-641 Póvoa de Varzim

Tel.: 252 290 330 • Fax: 252 290 339

E-mail: povoavarzim@tranquilidade.pt

Sacavém

Av. S. José, 38 A • 2685-108 Sacavém

Tel.: 219 409 880 • Fax: 219 409 889

E-mail: sacavem@tranquilidade.pt

Santarém

Rua Serpa Pinto, 99 • 2000-046 Santarém

Tel.: 243 303 320 • Fax: 256 200 329

E-mail: santarem@tranquilidade.pt

Setúbal

Praça do Bocage, 101 • 2900-276 Setúbal

Tel.: 265 520 280 • Fax: 265 520 289

E-mail: setubal@tranquilidade.pt

Sintra

Av. Dr. Miguel Bombarda, 27 C • 2710-590 Sintra

Tel.: 219 108 850 • Fax: 219 108 859

E-mail: sintra@tranquilidade.pt

Tomar

Alameda 1° de Março, 50 • 2300-431 Tomar

Tel.: 249 310 870 • Fax: 249 310 879

E-mail: tomar@tranquilidade.pt

Torres Vedras

Rua Santos Bernardes, 26 • 2560-365 Torres Vedras

Tel.: 261 334 420 • Fax: 261 334 429

E-mail: torresvedras@tranquilidade.pt

Viana do Castelo

Rua de Aveiro, 119, r/c dto. • 4900-495 Viana do Castelo

Tel.: 258 806 360 • Fax: 258 806 369

E-mail: vianacastelo@tranquilidade.pt

Vila Franca de Xira

Praça Afonso de Albuquerque, 25 • 2600-093 Vila Franca de Xira

Tel.: 263 286 540 • Fax: 263 286 549

E-mail: vilafrencaxira@tranquilidade.pt

Vila Nova de Famalicão

Rua Adriano Pinto Basto, 216, r/c • 4760-114 Vila Nova de Famalicão

Tel.: 252 501 960 • 252 501 969

E-mail: vilanovafamalicao@tranquilidade.pt

Vila Nova de Gaia

Praceta 25 de Abril, 146 • 4430-257 Vila Nova de Gaia

Tel.: 223 773 100 • Fax: 223 773 109

E-mail: vilanovagaia@tranquilidade.pt

Vila Real

Av. 1° de Maio, 257 • 5000-651 Vila Real

Tel.: 259 302 480 • Fax: 259 302 489

E-mail: vilareal@tranquilidade.pt

Viseu

Rua D. Francisco Alexandre Lobo, 29-33 • 3500-071 Viseu

Tel.: 232 484 640 • Fax: 232 484 649

E-mail: viseu@tranquilidade.pt

Linha de Apoio ao Cliente



www.tranquilidade.pt · infogeral@tranquilidade.pt

09 Relatório
e Contas

